UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DANILO UZÊDA DA CRUZ

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA ENFRENTAMENTO À COVID 19 NO RURAL BAIANO EM 2020

Salvador, BA

2023

DANILO UZÊDA DA CRUZ

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA ENFRENTAMENTO À COVID 19 NO RURAL BAIANO EM 2020

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Bacharelado em Ciência Política.

Orientador Professor Dr. Renato Francisquini Teixeira

Salvador, BA

2023

DANILO UZÊDA DA CRUZ

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA ENFRENTAMENTO À COVID 19 NO RURAL BAIANO EM 2020

Monografia apresentada ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Bacharel em Ciência Política e aprovada no dia 19 de junho de 2023 pela Comissão formada pelas professoras e professores:

_____

Professora Dra. Maria Victória Espiñeira González

_____

Professor Dr. Clóvis Roberto Zimmermann

_____

Professora Dr. Renato Francisquini Teixeira (orientador)

Para meus filhos, o maior amor do mundo, Camila, Danilo, Murilo e Maria. Que cada letra seja a presença do amor que tenho por vocês.

Para meus pais, Josemar e Odete.

Meus irmãos Sabrina, Carolina e Rodrigo.

AGRADECIMENTOS

Ao colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia por proporcionar um ambiente sempre acolhedor mesmo em tempos tão difíceis.

Ao departamento de Ciência política, que se renova a cada instante contribuindo sempre para a ampliação do horizonte metodológico.

Aos colegas da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, que disponibilizaram documentos e dados para esse estudo.

Agradeço à professora Carla Galvão por aceitar orientar esse estudo, assim como os demais professores do curso de Ciências Sociais, particularmente às professoras Sue Iamamoto, Maria Victória Espiñeira González e Clóvis Zimmermann, sempre presentes em nossa jornada. Em especial ao professor Renato Franceshini, por sua generosidade em garantir a apresentação e conclusão desse trabalho.

Aos meus pais e irmãos, queridos demais e vibrantes com tudo que este pesquisador anárquico faz. A minha sogra, d. Lidenil apoio inconteste.

A meus filhos Camila, Danilo, Murilo e Maria, desejando que um dia compreendam as ausências e as presenças.

A minha companheira, Lilian, pelo incentivo.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as ações governamentais para mitigar os impactos sociais e econômicos da pandemia do COVID-19 no rural baiano que paralisou o mundo ainda serão sentidos por muitos anos, talvez décadas. As mortes e o adoecimento das populações demonstrou uma fragilidade sistêmica no enfrentamento público às consequências desse quadro. No Brasil, e particularmente no nordeste brasileiro, esse quadro caótico agravou o sistema de políticas públicas em desmonte desde 2016, que teve algum alento no também incerto e instável auxílio emergencial, que mais do que resolver a situação econômica das pessoas, demonstrou o quão frágil estão essas populações e grupos sociais entre excluídos e precarizado no trabalho. Entretanto algumas ações no âmbito das unidades federativas lograram êxito em conter parcialmente o empobrecimento da população, notadamente a população rural. Considerando que o sistema público de diminuição das desigualdades no campo foi desmontado e o conjunto de políticas públicas interrompido para essas populações, as famílias rurais enfrentam um cenário ainda mais difícil. Nossa monografia busca identificar políticas públicas empreendidas no Estado da Bahia voltadas para a população rural, ao longo de 2020, cujo foco era o enfrentamento aos efeitos colaterais da COVID-19 no Estado. A partir de dados disponibilizados pela secretaria de desenvolvimento rural e as ações correlatas pretendemos discutir as dinâmicas e prioridades dessas políticas, bem como os primeiros impactos dessa política pública. Realizamos uma análise exploratória dos documentos oficiais, relatórios e entregas realizadas no período.

ABSTRACT

This research analyzes government actions to mitigate the social and economic impacts of the COVID-19 pandemic in rural Bahia that paralyzed the world will still be felt for many years, perhaps decades. The deaths and illness of populations demonstrated a systemic fragility in the public confrontation with the consequences of this situation. In Brazil, and particularly in the northeast of Brazil, this chaotic situation has aggravated the public policy system that has been dismantled since 2016, which had some relief in the also uncertain and unstable emergency aid, which more than solving people's economic situation, demonstrated how fragile these populations and social groups are among the excluded and precarious at work. However, some actions within the federative units were successful in partially containing the impoverishment of the population, notably the rural population. Considering that the public system to reduce inequalities in the countryside was dismantled and the set of public policies interrupted for these populations, rural families face an even more difficult scenario. Our monograph seeks to identify public policies undertaken in the State of Bahia aimed at the rural population, throughout 2020, whose focus was to face the side effects of COVID-19 in the State. Based on data provided by the rural development department and related actions, we intend to discuss the dynamics and priorities of these policies, as well as the first impacts of this public policy. We carried out an exploratory analysis of official documents, reports and deliveries made in the period.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APT – Programa Água para Todos

ASCOOB – Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar

ATER –Assistência técnica e extensão rural

BAHIATER – Superintendência de Assistência Técnica e Extensão rural do Governo do Estado da Bahia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CEDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial da Bahia

CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bahia

CESOL – Centro Público de Economia Solidária

CET – Coordenação Estadual de Territórios

CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

CODES – Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ECOSOL – Economia Solidária

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

FBAF – Fórum Baiano da Agricultura Familiar

FEBAFES – Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária

FETAG – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FIDA – Fundo para o Desenvolvimento Agrícola

FUNCEP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

FUNDEB – Fundo Nacional de financiamento da Educação básica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para o Desenvolvimento da Agricultura

IP – Instituição participativa

LPT – Programa Luz Para Todos

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOC – Movimento de Organização Comunitária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia

MSTS – Movimento dos Sem Teto de Salvador

ONG – Organizações não governamentais

OP – Orçamento Participativo

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDTRS – Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável

PTDRSS – Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável Solidário

PIB – Produto interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPA – Planejamento Plurianual

PPA-P – Planejamento Plurianual Participativo

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PVM – Programa Vida Melhor

PRM Rural – Programa Vida Melhor Rural

RAG – Relatório Anual de Governo do Estado da Bahia

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar do Governo Federal

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia

SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Governo Federal

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

SEDES – Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia

SEDIR – Secretaria de Integração Regional do Estado da Bahia

SEDUR – Secretaria do Desenvolvimento Urbano

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia

SEMAF – Serviços Municipais da Agricultura Familiar

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

SESOL – Superintendência da Economia Solidária do Governo do Estado da Bahia

SETAF – Serviços Territoriais da Agricultura Familiar

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia

SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar do Estado da Bahia

SUS – Sistema Único de Saúde

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
CAPÍTULO 1. AS DESIGUALDADES E O CAMPO 21
1.1 Dilemas contemporâneos 28
1.2. Desigualdades persistentes e questões para debate 36
CAPÍTULO 2 DESENVOLVIMENTO RURAL E A COVID NA BAHIA 45
CAPÍTULO 3. POLÍTICAS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19 NA BAHIA 48
3.1. Natureza ou grau de intervenção 50
3.2 Abrangência 50
3.3 Impactos ou papel nas relações sociais 50
3.4 O projeto Bahia Produtiva 55
CONSIDERAÇÕES FINAIS 58
REFERÊNCIAS 59

INTRODUÇÃO

Os impactos sociais e econômicos da pandemia do COVID-19 que paralisou o mundo ainda serão sentidos por muitos anos, talvez décadas. As mortes e o adoecimento das populações demonstraram uma fragilidade sistêmica no enfrentamento público às consequências desse quadro. No Brasil, e particularmente no nordeste brasileiro, esse quadro caótico agravou ainda mais o frágil sistema de políticas públicas em desmonte desde 2016, promovendo, segundo dados analisados do PNUD, a ampliação da pobreza e migração das populações rurais para as cidades (PNUD,2020). Essa monografia tem como objetivo analisar as ações e políticas públicas do governo estadual que atuaram para mitigar esses efeitos no rural baiano ao longo do ano de 2020.

Entretanto algumas ações no âmbito das unidades federativas subnacionais parecem ter logrado êxito em conter parcialmente o empobrecimento da população, notadamente a população rural. Considerando que o sistema público de amortecimento das desigualdades no campo foi desmontado e o conjunto de políticas públicas interrompido para essas populações, as famílias rurais enfrentam um cenário ainda mais difícil. Nosso trabalho busca anlaisar políticas públicas empreendidas no Estado da Bahia voltadas para a população rural, ao longo de 2020, cujo foco era o enfrentamento aos efeitos colaterais da COVID-19 no Estado. A partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e as ações correlatas pretendemos discutir as dinâmicas e prioridades dessas políticas, bem como os primeiros impactos dessas políticas públicas.

Nos interessa sobretudo as ações desenvolvidas no âmbito do governo estadual cujo enfoque teórico coincide parcialmente com a temática do desenvolvimento rural sustentável. O desenvolvimento rural sustentável é o pano de fundo e paradigma que guiam os projetos políticos para o rural desde a 1 Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – CEATER (SEAGRI, 2012). Podemos observar provisoriamente, entretanto, que há ainda questões não resolvidas nos documentos institucionais que assinalam essa opção de projeto político.

Para além desse problema, a pandemia derrubou drasticamente o orçamento do Estado, além de ampliar as dificuldades dos grupos produtivos de agricultoras e agricultores familiares, com impactos ainda por serem estudados do ponto de vista social e organizativo. No entorno desses impactos, cuja dimensão ainda não se tem nem de

forma qualitativa e quantitativa identificados, é que a estratégia política de contenção aos danos econômicos e produtivos ao Covid 19 é montada.

Diante desse contexto, a pergunta que orienta esse trabalho é: o governo do Estado da Bahia realizou medidas para a promoção do desenvolvimento rural em tempos de contencioso social por conta da Pandemia do COVID 19 na Bahia?

A escolha do nosso objeto de pesquisa diz respeito ao agravamento da crise sanitária ao longo de 2020, alcançando as populações rurais e suas dinâmicas sociais. Ainda que não existam pesquisas ou indicadores solidamente confiáveis sobre o impacto da crise sanitária e de saúde pública sobre as populações rurais, há uma compreensão geral de que as políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento rural perderam espaço nos orçamentos públicos e estrutura institucional desde 2016 com a finalização das atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com é o constatado a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e consequentemente suas políticas de assistência à agricultura familiar e demais populações do campo. A ascensão do governo Bolsonaro ratificou esse desmonte institucional concluindo com a redução de programas que financiavam ou sustentavam ações para setor. Restou aos entes subnacionais assumir o papel estratégico de construção e execução de políticas públicas. Nesse contexto, a pandemia de COVID 19 obrigou também ao Estado da Bahia delinear políticas para o campo como estratégia de enfrentamento aos problemas sociais provocados pelo espalhamento do vírus

Justamente essa questão que nos alimenta e instiga para melhor compreender e explicar as condicionantes e entregas realizadas no âmbito do que se denominou institucionalmente de estratégia de enfrentamento ao COVID -19 no campo.

Desse modo buscamos em nosso trabalho identificar as estratégias do contencioso desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia de enfrentamento à COVID 19 para as populações rurais, nos aspectos de prevenção, saúde e segurança econômica para essas populações. Essas estratégias em nossa análise estiveram ladeadas ora a um conjunto ações elaboradas para oferecer apoio às pessoas no enfrentamento do contexto pandêmico, e em outros momentos a um conjunto difuso (e já anteriormente previsto) de políticas públicas mobilizadas para conter o avanço do vírus entre as populações rurais.

Tanto nas ações realizadas quanto nas políticas já previstas em orçamento o papel dos agentes financiadores internacionais das políticas para o rural baiano e volume de

recursos desembolsados por beneficiário foi um elemento central dado, sobretudo, a retirada dos recursos federais e ou fragilidade das ações da União nesse sentido.

No que tange ao marco teórico, essa monografia se insere na discussão das políticas públicas e mais especificamente nas políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural. Nesse contexto, os debates acadêmicos sobre desenvolvimento rural sustentável no Brasil se avolumaram nas últimas duas décadas, tornando-se um campo hegemônico nas análises para o mundo rural. Os estudos sobre territórios, relações entre o global e o local, participação social e as políticas públicas derivam desses estudos em busca de compreender as dinâmicas para o campo e os interesses dos grupos sociais em suas demandas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015; BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020).

Nesse contexto, o colapso provocado pela pandemia do Coronavírus (Sars-Covid19) já apresenta números importantes de uma crise de grandes proporções em diversos sistemas como o de saúde, ambiental, social, cultural e de impactos ainda não medidos nas econômicas familiares e nacionais (PREISS et al., 2020a). Segundo Mazzucato (2020), a crise de saúde que a pandemia provocou desencadeou uma série de outras crises com consequências ainda não conhecidas. Mas não somente, algumas populações têm sofrido de forma ainda mais contundente essa crise impactando na vida social e na forma de organização política das suas populações. Os projetos de desenvolvimento rural sustentável também passam por algum tipo de constrangimento para esse período e podem, caso o cenário pandêmico e de crise econômica não mude, impactar na produção de alimentos. Em certa medida há consenso na literatura de que apesar de cedo, já se pode imaginar que essa crise será sentida ainda nos próximos 10 anos (SALAZAR, 2020).

Segundo o Banco Mundial (2020) os impactos da pandemia da Covid-19 vão reduzir em 5,2% o crescimento econômico global em 2020, e o relatório complementar do PNUD-OPAS aponta que esse cenário ocorre de forma desigual em cada parte do mundo. Para as economias avançadas a projeção é de queda de 6,1% para os Estados Unidos da América, 9,1% para a Zona do Euro, e 6,1% para o Japão. Os países de economia periférica e dependente a projeção é de retração de 6% para a Rússia e crescimento de 1% para a China. Enquanto na América Latina o Banco Mundial projeta queda de 7,2%. Com relação ao comércio internacional, a Cepal (2020) estima queda de

17% no acumulado entre janeiro e maio de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, e projeta para o ano de 2020 queda de 23% nas exportações da América Latina e Caribe, no valor comercializado. Essa redução reflete a queda das exportações para os Estados Unidos em 22,2%, para a União Europeia, em 14,3%, e para a própria região, em 23,9% (OPAS/PNUD, 2021).

O cenário de recessão, portanto, parece inevitável e, a despeito das políticas encetadas por seus governos, as populações mais pobres estarão mais suscetíveis a dificuldades. Crise que será acompanhada na América Latina e Caribe pelo aumento no desemprego, que poderá atingir 13,5% com a redução na taxa de ocupação aumentaria o número de pessoas que procuram emprego de 26 milhões para 41 milhões de pessoas, acompanhada da deterioração na qualidade do emprego e da queda na renda.

É bastante ilustrativo os estudos empíricos realizados por um conjunto de pesquisadores ligados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao IICA demonstrando que os efeitos da pandemia aparecem em três dimensões principais e conectadas: a) dificuldades de manutenção da dinâmica produtiva e comercial; b) impactos nos volumes de produção; c) efeitos nos preços recebidos e queda na renda dos agricultores familiares nos últimos meses (IICA, 2020; Salazar et al., 2020; BID, 2020).

Por um lado, as populações rurais, distante das políticas públicas, foram afetadas pela ausência ou fragilidade de protocolos de segurança e proteção sanitária. Esses protocolos permitiriam as famílias rurais o acesso a trabalho com maior segurança, como também maior tranquilidade para manter relações seguras com sua comunidade, o que reduziria dificuldades de logística, transporte, distribuição e comercialização dos alimentos. As políticas públicas parecem não ter alcançado essa dimensão (IICA, 2020). Do mesmo modo o acesso a insumos e financiamento esteve prejudicado ou foi suspenso (IICA, 2020, BID, 2020).

O aumento geral dos preços associado a um contexto de isolamento social encareceu o valor dos insumos, nos preços recebidos pelos agricultores familiares e nas rendas obtidas com suas atividades, impactando na produção do presente e no planejamento das safras futuras. O estudo do BID mostra que 67% dos agricultores familiares consultados afirmaram terem comercializado seus produtos por preços menores que o esperado e terem pago a mais por insumos no período da pandemia até então (BID, 2020). Esse cenário não é diferente daquele apresentado pelo conjunto da população brasileira. Segundo o UNICEF (2020) 55% da população brasileira observou

perda de renda na família nos últimos meses em virtude dos feitos da pandemia (UNICEF, 2020). Considerando as contradições sociais e as desigualdades persistentes bem como o distanciamento histórico das populações rurais de políticas públicas agravam o cenário para essas populações (DEL GROSSI, 2020).

A agenda de desenvolvimento rural sustentável esteve, portanto, paralisada pelo governo nacional durante o período da pandemia (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020; PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020). Mesmo em anos anteriores com a redução do Ministério do desenvolvimento agrário em 2016 e sua extinção em 2019 o cenário das políticas para o setor já eram críticas (PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020).

As políticas públicas para o rural aparecem em quatro dimensões: a) necessidade de padrões mais saudáveis e sustentáveis de produção e consumo alimentares; b) modelos produtivos ecologicamente sustentáveis; c) mitigação dos efeitos da mudança climática; e d) reconhecimento dos espaços rurais nas dinâmicas atuais de desenvolvimento (PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020). A abordagem preliminar como tema das políticas no contexto da COVID-19 demonstra que as ações e políticas públicas para o rural , narrativas e orçamentos estiveram desconectados de uma política de desenvolvimento rural, pendendo para ações mitigatórias em torno do contencioso do vírus.

Na Bahia, o governo Estadual empreendeu uma ação voltada para uma agenda difusa com redução de projetos produtivos, orçamento e financiamento da produção, oscilando entre ações mitigatórias e baixos investimentos na produção (CRUZ, 2020).

Ações de apoio à produção, comercialização e consumo de alimentos foram mantidos em pequena escala, concentrando os esforços de políticas públicas em meta-narrativas de superação, vitória sobre o vírus e enfrentamento ao governo federal (conservador) (BAHIA, 2020). Em nossa análise as ações de enfrentamento não se concretizaram em políticas públicas que efetivamente estavam dispostas a garantir longevidade ao atendimento às populações rurais.

Por outro lado, programas que contaram com financiamento internacional, com recursos de empréstimo, mas com créditos já transferidos para o tesouro do Estado, tais como o Bahia Produtiva e o Pró-Semiárido, mantiveram uma intensa agenda de capacitações e assistência técnica à distância, com pequenos aportes de novos recursos para o enfrentamento ao contencioso sanitário e aos efeitos da crise (BAHIA, 2020).

Dessa forma, apesar de haver um debate consolidado em torno do

desenvolvimento rural sustentável, as dinâmicas diante de um quadro pandêmico têm sido ainda mais restritivas. Permanece em aberto as novas definições do governo estadual que viabilize a vida das populações do campo, observando os efeitos multidimensionais da crise sanitária em populações rurais (saúde, educação, habitação, acesso a direitos e serviços) e mantendo o ritmo de investimentos e do financiamento público para a produção e comercialização da produção.

Procedimentos Metodológicos

O fenômeno que pesquisado mostra-se, de antemão, um objeto complexo e com diversas ramificações características dos estudos que envolvem o desenvolvimento rural e suas populações. Parte dessas ramificações está justamente na dificuldade de compreensão e aproximação das dimensões do desenvolvimento, políticas públicas e pobreza rural.

Orientados pelos objetivos do projeto nossa pesquisa buscará empreender uma metodologia qualitativa com análise dos documentos em torno das ações de governo para o enfrentamento à COVID 19, como os programas de governo e as ações emergenciais elaboradas a partir do quadro pandêmico.

A pesquisa sobre políticas públicas e sua aproximação com o tema do desenvolvimento rural sustentável exige também a utilização de técnicas de entrevistas com dirigentes e beneficiários de políticas. Esperamos que nossa estratégia metodológica possibilite realizar essa aproximação por meio da análise e interpretação de documentos, dados oficiais e entrevistas,

Portanto a partir de uma metodologia qualitativa com uso de técnicas como entrevista e análise documental identificamos cinco grupos de fonte de pesquisa que nos serviram para a análise das informações e auxiliaram nessa estratégia metodológica:

a) Projetos dos Programas Bahia Mais forte, Bahia Produtiva e Pró-semiárido;

b) Decretos governamentais de contenção ao COVID 19 na Bahia;

c) Relatório de ações de combate ao COVID 19 no campo; e,

Compreendemos que a leitura dos dados oficiais nos trouxe uma visão consolidada para explicar como o governo atuou no rural para enfrentar o COVID 19 naquele ano, e suas ações projetadas para o contencioso da crise.

Entretanto dado nosso problema de pesquisa, exigirá ainda um cotejamento analítico com uma abordagem transversal para os temas. Com a finalidade de identificar a situação concreta de grupos sociais específicos do rural, realizaremos entrevistas com lideranças de movimentos sociais, organizações sindicais e grupos produtivos para identificar como e quais as políticas públicas que efetivamente chegaram as populações rurais, além daquelas já previstas orçamentariamente. Também nós analisaremos o relatório de gestão do governo do Estado da Bahia (2020) e do Relatório Covid-19 e o desenvolvimento sustentável – Avaliando a crise de olho na recuperação, documento elaborado pelo PNUD/OPAS/UNICEF/UNESCO (2021). Espera-se que o resultado dessa análise seja um quadro comparativo entre as medidas realizadas pelo governo da Bahia, com ou sem o financiamento do Banco mundial e FIDA, e a orientação para superação de agências internacionais de desenvolvimento.

d) **Aspectos éticos**

O tema nos exige uma dupla preocupação. Primeiro porque sabemos antecipadamente que as populações em situação de pobreza e extrema pobreza e em vulnerabilidade social não foram alcançadas diretamente, senão mediadas, por interlocutores que nos informaram sobre a situação objetiva dessas populações. Isso implica em uma preocupação adicional para estabelecer inferências e análises da pesquisa, posto que a situação do interlocutor, sua voz e elementos simbólicos, podem diferir ou distanciar-se da voz dos representados. Ainda que não haja uma interdição objetiva para tratar do tema a partir dos interlocutores, isso nos exigirá maior atenção ao buscar retratar os impactos sanitários e econômicos dessas populações.

Apesar do contexto demonstrar dificuldades em realizar a pesquisa para esses públicos, a possível elucidação pode trazer oportunidades em termos de políticas públicas para as populações rurais, e mesmo para uma maior compreensão de quais ações foram priorizadas para essas populações. Eventualmente conseguiremos ainda informar se melhorou ou não a situação dessas populações.

Realizamos a maior parte da pesquisa com documentos oficiais já publicados. Ainda assim foi necessário estabelecer de forma documentada a permissão para o acesso alguns dados oficiais, bem como registrarmos com autorização de publicação, preservando as identidades, os interlocutores. Onde houve relato de algum gestor ou

interlocutor da sociedade civil, estes foram substituídos por pseudônimos que permitiram uma fala mais livre sobre os problemas, entraves, questões acerca das políticas.

A monografia tem uma estrutura bastante objetiva, buscando enfatizar os dados pesquisados, impressões e análises. O primeiro capítulo, que segue essa introdução, abordaremos o conceito ampliado sobre as desigualdades persistentes e o impacto da Covid-19 no mundo rural. O segundo capítulo analisa o desenvolvimento rural e a chegada do Covid-19 na Bahia. O terceiro capítulo analisamos as iniciativas e entregas realizadas pelo governo do Estado da Bahia para o mundo rural no período pesquisado. As considerações finais enfatizam os aspectos centrais de nossa pesquisa.

CAPÍTULO 1. AS DESIGUALDADES E O CAMPO

Esse capítulo busca colocar em diálogo o tema das desigualdades que persistem como um problema social na América Latina e a crise sanitária provocada pela COVID 19, sob o prisma da política. Desigualdades que persistem (TILLY, 1998) como resultado de um longo processo histórico que diz respeito à forma de acumulação, circulação e reprodução do capital. A persistência dessas desigualdades reapresenta a necessidade de uma nova análise, alicerçada nos aspectos histórico-culturais, como subsídios necessários para as formulações anteriores em torno do tema, baseados em premissas sociais e reformas estruturais. E ainda, observando os quadros regionais e territoriais, é preciso articular fortemente ao conjunto mais ampliado do que está acontecendo no mundo, ou das questões em torno das desigualdades em relação aos estudos latino-americanos. Há uma contradição observada por Tilly (1998) e rediscutida por Therborn (2020), já que a América Latina não é a região mais pobre ou mais dividida culturalmente do mundo, mas ainda assim apresenta desigualdades mais profundas e duradouras. Os indicadores sociais aceitos mundialmente (como índice de Gini, IDH, IDM) informam que a América Latina sofre de desigualdades muito maiores do que a Ásia, a África e o oeste pós-industrial. Dados inclusive ainda mais graves para as questões relativas à segurança alimentar e nutricional.[1] De um modo geral impacta sobre os dados e indicadores a questão dos salários e o elevado índice de desempregados, como fatores que fazem perdurar as desigualdades, mas perdem de vista outros elementos importantes e que impactam na questão da pobreza.

O percurso histórico tem demarcado que a população latino-americana vivencia e convive com essas disparidades em seus cotidianos e repercutem na forma de fazer política, de convivência dos espaços urbanos (inclusive a nova questão da mobilidade urbana), na relação com o meio ambiente, com o trabalho rural e da terra, nas interações constantes das demandas sociais expressadas nos novos movimentos sociais e tradicionais, além da violência e subnutrição das crianças. Mas também, como nos lembra Tilly (1998) na dificuldade do acesso aos recursos educacionais, nutricionais, acesso a direitos, à saúde e bens culturais.

[1] PNUD, 2020.

Por isso mesmo a ciência política tem combatido academicamente que a questão da pobreza não se reduz à sua escala, tendo atingido mais de 200 milhões de pessoas ou 40% do total da população do continente nos anos 1990, reduzido a 37% nos primeiros 10 anos do novo século, e ultrapassado o patamar anterior, chegando a 47% da população continental na segunda nos anos 2020[2]. Esse elemento é determinante, mas há uma outra parte do problema, ignorada por conveniência, que é a proteção dos 5% mais ricos da população e que representam um quarto da renda total, colocando algumas nações, como Brasil e Guatemala, entre os lugares com as maiores concentrações de renda e maiores indicadores de desigualdades em todo o mundo. Ainda que esse seja o modelo predominante, a regra guarda a exceção a essa tipicidade, já que Uruguai, Costa Rica e Trinidad Tobago há uma certa constância nas condições de igualdade nos últimos 20 anos.

O quadro de agravamento das desigualdades alcança duas economias elevadas no continente, como Argentina e Colômbia, cuja inserção no mercado internacional parece refluir no mesmo passo que esse aprofundamento das desigualdades sociais. No primeiro caso a convulsão social e política segue a tendência da América Latina, com uma agudização da crise de governança. O presidente Alberto Fernandez, de centro esquerda, que conta com a vice-presidência de Cristina Kirchner, acena para um novo ciclo de políticas sociais e austeridade ao mercado financeiro. No caso da Colômbia a aparente superação da crise política e civil com o acordo de paz com as FARCs ainda ressente do complemento social e instraestrutural para superação dos conflitos internos. Em ambos os casos não há nenhuma sinalização de que os conflitos possam gerar o contorno de golpeamento à direita ou de militarização do poder, como acontece no Brasil, sob o governo Bolsonaro, sem que isso represente melhoria de vida das populações. Nesse quadro até mesmo Cuba, com todo o esforço revolucionário empreendido por programas redistributivos implementados após 1959, sofre nova e continuamente com embargos, devido à dolarização, e outras desigualdades aparecem no front daquele país, sobretudo discriminação racial e de gênero.

Essa é então a questão crucial desse capítulo. Tentar abordar a questão das desigualdades na América Latina, compreendendo que as desigualdades não são apenas

[2] PNUD, 2020.

uma questão de subdesenvolvimento, pobreza ou de políticas ruins, mas sua raiz nos parece mais profunda e encrustada nas relações sociais mais distintas.

O colonialismo impacta ainda, e fortemente, no presente. As disparidades no continente condicionam ainda a uma realidade que parece ser perene, senão natural, em termos de desigualdades, concorrendo para que as populações e movimentos sociais tenham dificuldade em evidenciar os contrastes e disparidades sociais. Mesmo as desigualdades econômicas, que costumam ser as mais aparentes, aparecem nessa lógica como desigualdades naturais, ou são naturalizadas pela perenidade com que se apresentam nas relações sociais. Essa evidência histórica é ainda mais impressionante, ainda que a historiografia tenha tratado como um fenômeno passado, e de fato é, mas as repercussões permanecem fortemente, e foram reificadas no passar dos séculos.

Não apenas a hierarquização social elaborada e promovida no colonialismo, segregou populações inteiras a partir da conquista (na América Central e na zona andina) e do escravismo com a importação de gentes para o trabalho forçado de África (no Brasil e no Caribe) como também se cristalizou ao longo dos séculos de colonialismo. Nem mesmo as independências, em meio a narrativas nacionalistas e libertárias, conseguiram deslegitimar esse processo de hierarquização, e já no século XIX, com o surgimento das repúblicas independentes e o aprofundamento do capitalismo liberal, as desigualdades já existentes foram agudizadas e transformadas em diferenças de classe, cultura e cidadania, renovando seu discurso de subalternização das classes populares, sobretudo negras e indígenas, mulheres, e populações rurais.

A promessa liberal para as democracias caudatárias da modernização capitalista, difundiu ao longo do século XIX e XX que a ampliação modernizadora traria bens comuns a todas as sociedades, que seriam igualmente alcançadas. Como outras promessas do liberalismo e da modernidade não resultou em melhorias coletivas a todos. Ao menos a parcela mais pobre da sociedade, que permaneceu alheia ao processo ampliado de acumulação do capital, e como comunidade periférica e dependente da modernização. Os fenômenos que seguiram o rastro da modernização contemporânea (urbanização, cultura de massa, industrialismo), também assistiram o surgimento de movimentos de libertação nacional com bandeiras mais diversas (reforma agrária, movimentos populistas, democráticos ou revolucionários) como produto do desigual compartilhamento de bens e

serviços, e também como expressão das desigualdades persistentes e alimentadas pelo sistema ampliado. O duplo fenômeno, globalização e neoliberalismo, na mesma medida que generalizaram os processos de acumulação para as potências centrais, também agudizaram as desigualdades históricas da América Latina, ainda que diversos teóricos, inclusive do pensamento de esquerda, tenham apostado que a globalização da economia e das relações em rede seriam cruciais para a melhoria da vida das populações dos países periféricos. A percepção de que o desenvolvimento capitalista em sua ambiguidade não consolidou democracias efetivas para maioria absoluta das populações latino-americanas, mas também asiáticas e africanas, deve passar por uma leitura mais crítica, e de longa duração, incluindo a permanência desses países como fornecedores de matéria prima mesmo agora no século XXI, ou como base industrial para as transnacionais.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, as lacunas sociais no continente se aprofundaram, ampliando o fosso social entre os mais ricos, mais privilegiados e os mais incluídos, mais pobres, despossuídos e excluídos dos direitos, bens e serviços (BID, 1999; Korzeniewitz e Smith, 2000; Burns, 1993; Thurner, 1997). A desigualdade latino-americana é um paradigma perturbador, com ampla capacidade adaptativa e associada a sistemas sociais e políticos opressivos e disfuncionais. Essa amplitude e longevidade das desigualdades no continente tem como contributo o constructo epistemológico de Tilly (1998), que desenvolveu um conceito para explicar as desigualdades persistentes no mundo, em particular aquelas que assolam os países periféricos.

Nessa obra seminal Tilly (1998) trata da gênese e da permanência das desigualdades humanas e, ainda que pareça translúcida ou da "prática" das ciências sociais e humanas, os pesquisadores têm buscado enfrentar o problema, demonstrando como as desigualdades se estendem no tempo e no espaço. Tilly então renova essa abordagem ao abordar a questão das desigualdades sob um novo prisma, tratando de sua complexa rede de interações, tratando conjuntamente temas que eram abordados de forma difusa no âmbito de diversas disciplinas, ou que foram apartados a partir da disputa acadêmica dos campos de conhecimento. Ao contrário de explicar o fenômeno a partir de fenômenos isolados, a interseção do problema nas relações sociais permite ao autor desenvolver, sob um olhar epistemológico transversal, explicações gerais para desenvolver explicações multicausais para as desigualdades.

Nos permitindo uma breve incursão nessa abordagem, porque nos servirá para compreender a dimensão das desigualdades na América Latina, mas sem adentrar demais na abordagem de Tilly (1998), percebemos que para o autor a razão pela qual as desigualdades sociais permanecem na vida social, relaciona-se a existência nas mesmas relações sociais de pares de categorias assimétricas, pares categóricos, que aparecem como perenes e cotidianos, incorporando e ofertando a todos algum benefício intrínseco, ou ao menos a ilusão de que possuem tal benefício. Ainda que pareça igualmente confuso que um subalterno se submeta ao sistema de par categórico, ele deriva de mecanismos complexos de um jogo simbólico e cultural, mas também de um olhar positivo desses mecanismos que geram e tornam perpétuos as desigualdades. Essas categorias assimétricas e seus sistemas de governo, mesmo em democracias, reafirmam e reificam os mecanismos de inclusão e exclusão, em determinado sentido ainda mais eficazmente do que em autocracias, mesmo que com a mesma mão essas democracias consigam ofertar às populações de seus territórios instrumentos inclusivos superiormente eficazes do que qualquer outro sistema político. Para Tilly (1998) desse modo, toda inclusão é compreendida por algum tipo de exclusão, já que a incorporação de novas categorias sociais ou demandas políticas em assuntos públicos reafirmará e criará novas desigualdades segmentadas, sejam elas inclusões redistributivas de poder ou bem (como o Walfare State), criando novos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

Abordando historicamente o fenômeno Tilly (1998), busca concentrar-se na organização dos sistemas, esquemas sociais e mecanismos gerais que estão sempre presentes na construção e na perenidade da desigualdade, no mundo moderno. A excessiva preocupação do autor com a validação de seu sistema causa algum estranhamento inicial, já que ele busca constituir seu modelo explicativo sob bases normativas e terminológicas, em busca de uma renovação epistêmica ao conjunto explicativo da questão das desigualdades.

A hipótese central é de que as desigualdades duradouras entre humanos têm de ser compreendidas em relação à gênese, reprodução e perpetuação de diferenças categóricas, como pares antagônicos que a inclusão de um representa a exclusão do outro (como negro e branco, homem e mulher, cidadão e estrangeiro), que são muito mais do que distinções simples no plano das capacidades, gostos ou, ainda, desempenhos individuais. São abordagens definidas a partir de quatro mecanismos básicos onde as desigualdades

duradouras ou persistentes operam, e de onde os agentes sociais incorporam os pares categóricos como categorias assimétricas. A relação inicial é a "exploração", cujo aspecto crucial é a extração de benefícios gerados por outros, por parte dos indivíduos que controlam recursos específicos. O segundo mecanismo, é a "acumulação de oportunidades" que se desenvolve quando participantes de uma mesma rede acessam recursos que podem e são efetivamente monopolizados a partir do próprio *modus operandi*, aqui são criadas categorias excludentes. O autor ainda nos apresenta dois outros mecanismos: "emulação" e "adaptação", que reificam a efetividade, como necessidade, das distinções categóricas. A emulação opera no nível da reprodução imitando modelos de desigualdade bem-sucedidos (como a organização das burocracias em outras nações, na formação de novos Estados, por exemplo). Já a adaptação é a observação de como se cria e se rotiniza um determinado saber local constituído como derivação desses modelos. Seguindo o mesmo exemplo, operam nesse sentido trabalhadores em geral do mundo da burocracia que, no seu dia-a-dia, reproduzem hierarquias por meio de práticas evasivas, brincadeiras, epítetos, alcunhas, alianças e rede de intrigas, como nos informa o próprio autor.

Não nos interessa aqui, como também não foi o objetivo do autor de *La Desigualdad Persistente*, a mera constatação ou condenação ético-moral desses sistemas. Nem mesmo uma apressada denegação teórica ou epistêmica. A desigualdade encontra nesses sistemas, essa é a constatação central, um ajuste de "baixo custo" aos processos sociais históricos para justificar e simultaneamente juntar e apartar agentes e grupos sociais redefinindo as relações entre eles de forma hierarquizada.

Assim as desigualdades persistem não apenas por vontade de seus membros territoriais, mas também como herança social. Uma das formas de durabilidade e extensão no tempo dessas desigualdades está na possiblidade transformada em capacidade de intercruzas e sobrepor oposições binárias e categóricas umas às outras. Segundo Tilly, as categorias assimétricas dão origem indireta a acumulação diferencial de capacidades e diretamente a recompensas desiguais. A materialização se dá socialmente por meio da hierarquização e adjetivação das diferenças, decorrendo daqui razões e a linguagem da raça, do gênero, da aptidão cognitiva, da idade, da nacionalidade etc.

As diferenciações sociais são produto das relações sociais. E Tilly (1998) utiliza dois exemplos históricos concretos para explicitar primeiro como a introdução do capitalismo na África do Sul e a constituição do apartheid é paradigmático para entender os mecanismos de exploração. As relações e esforços coordenados de indivíduos que se convertem em dominadores (funcionários de Estado e capitalistas brancos) detém o monopólio dos recursos disponíveis (no começo, jazidas de minérios e, depois, a indústria e o comércio) e os benefícios retornam a partir de processos de exclusão categorial (como no caso dos mecanismos de controle do trabalho, que incluem fronteiras definidas segundo princípios étnicos no interior das empresas capitalistas). No segundo exemplo analisa as formas de discriminação das mulheres no mundo do trabalho em empresas norte-americanas e como a combinação dos mecanismos de exploração, acumulação de oportunidades e modalidades de aquisição de capacidades e de treinamento diferenciais, resultam em "aptidões diferentes", demonstrando como esse extenso e complexo processo viabiliza as desigualdades de gênero.

A própria ideia de nação e os "nacionalismos" são parte dos fenômenos tratados como parte do mecanismo geral da exploração, emulação e adaptação. A criação das nações sob a égide do colonialismo legou a geração seguinte uma performance pública de colonialidade do poder, onde o auto-reconhecimento enquanto classe, grupo ou indivíduo quer dizer a exclusão e preconceito com o outro.

Desse modo e com essa compreensão geral sobre a questão das desigualdades que tem como origem o capitalismo e a própria modernidade, é preciso ancorar esse pensamento em situações concretas, fugindo de teorias genéricas ou das trajetórias e performances individuais. A suposição de que é possível superar as visões de mundo assimétricas, seus pares categóricos, por meio de voluntarismos ou ações individuais, é em si mesmo uma expressão das desigualdades persistentes. A diferença e assimetria expressada nas desigualdades persistentes é sustentada por uma relação social.

A questão se expressa em sociedade latino-americanas de forma ainda mais acentuada. São forjadas em longa duração por desigualdades categóricas de processos cuja mediação já foi o escravismo e o extermínio indígena e prossegue com a violência a populações pobres, negras e mulheres. Esse molde aparece na forma de relações e limites sociais elásticos, em uma desconcertante exibição social de dimensões concretas a partir

das dimensões dos grupos sociais: ativos, renda e oportunidades, raça, idade, religião e etnia (TILLY, 1998), e acrescentaríamos região ou território. Os indivíduos em seus agrupamentos sociais que formam as populações nacionais são transversal e interseccionalmente cortados por relações de poder, hierarquizações, educação, tecnologias, idioma, cultura, honra, sistemas de crenças com mais intensidade e ao mesmo tempo do que em outros períodos históricos, e com perfis sutis de inserção na vida social possíveis de enxergar quando analisamos historicamente as formações sociais (TILLY, 1998; SANTOS e MENEZES, 2007).

As desigualdades persistem como um dilema societal. Não desaparecerão com a "globalização" do século XXI, antes pelo contrário. O que se observa na literatura é que as disparidades acompanharão os processos globais de mudança, que tendem a reduzir os custos de mão-de-obra, favorecendo a alta tecnologia e os estratos mais capitalizados e letrados.

Entretanto é ainda mais grave o quadro contemporâneo. Ao contrário do que o liberalismo e humanismo dos séculos XVIII e XIX tentavam expressar como bens comuns aos avanços do capital, o momento histórico atual expressa claramente a assimetria, sem tentar escondê-la ou camufla-la (ZIZEK, 2015). Desse modo o globalismo do novo século não pretende gerar igualdade de condições e sim acentuar que as assimetrias são e serão justificadas porque as populações têm níveis sociais, políticos e culturais diferentes.

1.1 Dilemas contemporâneos

Durante a década de 1990, havia uma preocupação geral de que o modelo neoliberal poderia dar conta em garantir uma globalização econômica eficiente, admitindo que os povos mais pobres teriam suas economias e culturas recolonizadas a partir do modelo dependente e periférico. As desigualdades sociais apareciam no modelo neoliberal como inevitáveis, quase como um filme *hollywoodiano*. A naturalização das desigualdades entre os povos era propositalmente confundida com as diferenças entre nações, formações históricas, etc. o fim da história era anunciado como o fim das contradições, ainda que as disparidades seguissem apartando cada vez mais ricos dos pobres.

O novo século trouxe à tona novas preocupações que estravam enquanto lutas sociais desde os anos 1960, e que impactam as desigualdades persistentes, como as questões de gênero, orientação sexual, natureza, autonomia indígena e cultural e direitos humanos. Esses problemas sociais reabriram os debates na sociedade, por meio dos movimentos sociais, sejam eles novos ou os tradicionais com bandeiras renovadas. E como substrato dessa luta uma bandeira unificada contra a globalização capitalista. As vozes são múltiplas e são expressas através da discussão pós-marxista, enraizada nos direitos trabalhistas e cívicos da América Latina. Ao mesmo tempo novos estudos reabriram os debates sobre desigualdades, possibilitando reanalisar o quadro distópico vivido na América Latina e Caribe.

A década de 1990 deixou como legado a concentração de renda e ampliação das desigualdades, repercutindo fortemente na busca por outras alternativas para o continente. A região apresenta casos surpreendentes: Costa Rica, por exemplo, conseguiu preencher nichos eficazes em áreas ambientais e de alta tecnologia dentro da nova ordem global, enquanto o Chile, combinando dinamismo das exportações e eficácia nos programas sociais, parece buscar a superação desse quadro nos primeiros anos do novo século. O México, durante a transição para a democracia, um presidente próximo ao mundo dos negócios incentiva os microempresários com o apoio de organizações não-governamentais como uma nova maneira de superar as persistentes desigualdades do país.

No texto "Alguns elementos da trajetória das políticas sociais na América Latina: aproximações com México e Brasil" da assistente Social formada pela UFRJ, Mestre em Política Social pela UFF, Doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Guanajuato-México, Aline Souto Maior Ferreira, é possível perceber alguns aspectos sobre desigualdade social e políticas sociais no México e em outros países. Ferreira escreve que "a 'construção' na América Latina de sistemas de proteção social ocorreu em contextos autoritários e instáveis, a partir do momento em que muitos dos nossos países começaram uma mudança do modelo agroexportador para um modelo urbano industrial." p.67. Com a implementação da industrialização por substituição de importações (ISI) a situação se agrava em sociedades extremamente desiguais, nas quais há grande subordinação dos dominados pelos dominantes. "Contexto que influenciou a intervenção do governo como um todo, mas também para as incipientes políticas sociais que assumiram um papel estratégico na formação do trabalhador urbano (BARBA, 2008)." As intervenções sociais

nos países da América Latina, ao contrário do que ocorreu nos países de capitalismo central, pouco eram objetivadas para uma melhoria e investimentos sociais democráticos e sim rumavam uma asseguridade ao desenvolvimento do capital privado. Sader (2008) nos narra que a tradição das ditaduras que o continente experimentou, principalmente a partir dos anos sessenta, abriu caminho para a implementação das políticas neoliberais da década de oitenta. E que, de acordo com Barba (2004), frente à decadência social, o aumento da pobreza, da desigualdade e ineficiência das políticas em vigor até então, durante a década seguinte, a discussão sobre a política social focalizada no combate à fome e à pobreza na América Latina se tornou questão fundamental. Isso tudo explica como as crises econômicas atingiram a região (América Latina) e como foram severas nas localidades de maior vulnerabilidade social. Ademais, a autora continua: "(...) distintos autores, baseados em várias pesquisas (DAMIÁN, 2011; BOLTVINIK, 2004), afirmam que a situação da população mexicana tem se agravado, ainda que se tenha ampliado a cobertura de saúde no país nos últimos anos através do Seguro Popular e da manutenção da transferência de renda por meio do programa Prospera (...)" (BARBA, 2004: 80).

Dentro de modelos econômicos que favorecem a desigualdade social e a acumulação, por exemplo, e em contexto de grande "fragilidade da seguridade social", o programa de transferência de renda não é efetivo para tratar da pobreza, segundo Ferreira. "a agudização da crise econômica tornou-se a justificativa perfeita para a disputa ideológica em torno de projetos societários antagônicos, situação agravada por erros cometidos pelos grupos que chegaram ao poder nos primeiros anos do milênio." Faltou, segundo a autora, nos momentos políticos em que lideranças que representavam arquétipos populares subiram ao poder um maior foco em mudanças políticas profundas nos "setores econômico, produtivo, social, fiscal, político, de modo que não tivéssemos que seguir apenas atuando para mitigar as consequências da desigualdade no continente, mas para possibilitar avanços concretos no combate à reprodução das desigualdades." (BARBA, 2004: 81).

Mesmo as alternativas de neodesenvolvimentismo do presidente Lula (2002-2010) no Brasil reivindicou para o Estado novamente a responsabilidade de combater as desigualdades (amplamente, já que no conjunto das políticas públicas buscava-se tanto a equidade como a reinserção de direitos sociais e políticos para grupos de excluídos). O

mesmo se pode dizer para Uruguai, Bolívia e Equador, em uma chamada reconversão à esquerda em governos que até pouco tempo eram controlados por ditaduras militares.

É difícil falar de algum tema latino-americano sem que surja a questão da desigualdade. Ao mesmo tempo é um problema de longa data, que se renova e persiste na forma de desigualdades tão cruéis, como a violência contra a mulher e o assassínio da juventude negra, ou a concentração de terra, por exemplo. Do mesmo modo entraríamos em um fatalismo político se não enfrentássemos que algo caminhou diferente na primeira década dos anos 2000, não apenas pela elevação de renda, mas pelo acesso as universidades, por maior renda entre as mulheres, pelo acesso a água e luz, em um programa aprendido com as políticas sociais do governo Lula e que repercutiram por toda a América Latina. Há ainda uma necessária transformação sobre a questão da segurança alimentar, que envolve trabalhadores rurais, camponeses, agricultores familiares e povos tradicionais, ao que se deve considerar que o desenvolvimento de novas políticas possibilitou um novo arranjo institucional que garantiu melhoras significativas nos indicadores de desigualdade.

É preciso, contudo, separar, de forma que possibilite uma melhor compreensão do fenômeno, diferença e desigualdade. Uma boa parte dos autores que debatem o tema passam parte de seu texto esclarecendo o que a literatura de meado do século XX tratou confusamente. Assim, uma diferença é sobretudo horizontal, sem que nada ou ninguém esteja acima ou abaixo, seja melhor ou pior, não implicando em sistemas de opressão e exclusão. A desigualdade é sempre vertical, envolvendo hierarquização ou ranking social. No mar das vezes quando uma diferença aparece como sobreposição a uma outra categoria, está associada a uma dimensão da desigualdade. Outro aspecto é que diferenças servem para categorizar, apresentando as características intrínsecas a um determinado fenômeno social ou relação, o que, de modo contrário a desigualdade utiliza a categorização para alcançar moralmente o apartheid, a submissão, a marginalização ou explicação moral para as violências, por exemplo. Por último, há um processo metabólico pelo qual a diferença, enredada nas relações sociais, é apresentada como condição de desigualdade. Esse é um elemento comumente utilizado para que homens tenham mais oportunidades de empregos e salários que mulheres, e retrata uma desigualdade de gênero. Mas o maior vigor físico e destreza do jovem médio, diante de alguém que já ultrapassou a casa dos 60, não pode ser considerada uma desigualdade. Entretanto, se o

mercado impossibilita o trabalho e emprego a pessoas com mais de 60 porque não tem o vigor físico ou destreza, temos uma caracterização de desigualdade. Assim como diferentes oportunidades de vida das mulheres em comparação com os homens, dos negros filhos de trabalhadores preteridos para brancos filhos de banqueiros, também se alinham na dimensão da desigualdade. A região tem sido recentemente percebida como uma dimensão de desigualdade na América Latina, hierarquizando populações das cidades para as interioranas, as nordeste para o sudeste, no caso do Brasil, ou populações rurais bolivianas diante das urbanizadas.

Os autores diversificaram bastante a tipologia das desigualdades, notadamente quando as abordagens pós-colonial e decolonial passaram a tratar de forma transversal a todo o seu amplo temário. Para nosso capítulo enfeixamos em quatro grandes blocos, sabedores de que podem desdobrar-se em temas mais específicos ou abordagens interseccionais. Acompanharemos assim os percursos de Therborn (2015) e Tilly (1998), além de insertar as abordagens presentes em Miguel (2016). O que é relevante aqui é identificar que todas essas desigualdades permanecem como persistentes e duradouras (TILLY,1998) e também são destrutivos para as populações e relações sociais do presente, como foram no passado, e gerações futuras, pelo legado destrutivo e corrosivo (THERBORN, 2015).

Um agrupamento teórico sobre as desigualdades está na escolha da vida e da morte. Ainda que certeza de que todos morreremos um dia perturbe sobretudo os que vivem em melhores condições materiais, há uma inevitabilidade biológica e ainda não superada pela ciência e tecnologia: todos morreremos. Não difere de outra condição do ser humano que é a vulnerabilidade física e mental de nossos corpos, conferindo esse um dos aspectos cruciais, irmanada à dominação, para a transcendência emanada de todas as religiões e desenvolvimento científico-tecnológico: somos frágeis. O quadro de pandêmico em torno do COVID-19, e pelo qual o mundo científico ainda não encontrou alternativas, é um exemplo disso. Entretanto, o tempo e a qualidade da vida são determinados por padrões sociais de fácil identificação (THERBORN, 2015). Há uma alta taxa de mortalidade, por exemplo nos países pobres para crianças que antes de completar 1 ano morrem com muito mais frequência do que em países ricos, assim como entre 1 e 5 anos. E nada difere das condições sanitárias e nutricionais dessas crianças, que também permanecem, em média, 1/3 subnutridas do que as populações mais abastadas,

mesmo internamente ao território nacional. Esse dado é também apresentado no último relatório do Banco Mundial, em que analisou o novo avanço da pobreza na América Latina (Banco Mundial, 2019). A outra ponta do ciclo da vida humana não é diferente, diz o relatório. Os mais velhos mais pobres morrem antes de conseguir se aposentar[3], tendo uma vida mais curta e com mais privações. A chamada desigualdade vital (alguma coisa que se situa entre a vida e a morte), é diagnosticada a partir da expectativa de vida e sobrevivência das populações, e que vem se caracterizando por seu potencial de extermínio para as populações mais frágeis.

No mesmo esteio analítico, encontramos a desigualdade do modo de existir no mundo, derrubando o indivíduo, hierarquizado e banido socialmente, na sua condição mesma de ser pessoa. Esse campo de desigualdade inviabiliza o movimento e a ação das pessoas, negando-lhe sua existência em condições gerais de igualdade a outros pares categóricos, não reconhecendo sua igualdade básica de humanidade e gerando com isso a negação absoluta de tudo que dela derive. É o elemento de forte conteúdo hierárquico e segregacionista, gerando em sequência humilhações e violência para os negros, povos originários e comunidades tradicionais, mulheres, imigrantes pobres[4], membros de castas inferiores e grupos étnicos cuja herança cultural ou colonial os estigmatizaram. Entretanto é importante lembrar, e tanto Miguel (2016) quanto Therborn (2015) nos lembram disso, não aparece apenas no contexto da discriminação clara e objetiva, nem tão pouco ostensiva. Assume formas também sutis de valoração e hierarquização dos sujeitos sociais, indivíduos e agrupamentos inteiros. Na América Latina Quijano (2005) nos chama a atenção para o quanto isso é uma herança persistente do período colonial, e emulada pelas vias de exploração e convencimento cultural (ideológico ou não).

A concentração material, de recursos e serviços públicos é talvez o mais claro campo em que se concentram as desigualdades. A tradução disso é de que os sujeitos sociais contam com recursos não apenas distintos, mas valorativamente inferiores para

---

[3] Se repercutirmos ainda aqui as recentes alterações trabalhistas promovidas pelos governos na América Latina, em breve chegaremos à conclusão de que não vale à pena fazer parte do sistema de previdência ou da vida dentro da legalidade normativa. Em breve nenhum de nós conseguirá se aposentar, a distinção é que os mais pobres perecerão ainda mais cedo.

[4] Aos poucos fica mais claro que a xenofobia não é geral e irrestrita, mas restrita aqueles que fogem da pobreza em seus países na esperança de acolhimento, trabalho e vida digna em outras nações.

sobreviver. Podemos perceber ainda dentro desse campo quatro aspectos cruciais para as populações latino-americanas, quais sejam: dificuldades no acesso à educação, aos serviços públicos, à moradia e à terra, cuja concentração nas mãos de poucos parece já ter sido dado como natural por economistas e cientistas sociais sem que isso derive em desigualdades brutais aos sistemas sociais das populações do campo. Uma característica central nessa perspectiva é que essa desigualdade promove e gera expressivas concentrações de riqueza e renda, dificultando ainda mais a sua superação, por que inviabiliza a ação pública, mas também porque submete as populações subalternas a um nível de sobrevivência cruel inviabilizando sonhos, utopias e visibilidade de mudança.

Um quarto e último campo em que concentramos o tema das desigualdades é a desigualdade regional ou territorial, interagindo interseccionalmente a outras desigualdades para produzir mais apartação social e exclusão do sistema de direitos a partir da localização, como já esboçamos anteriormente.

São quatro campos possíveis de enxergar as desigualdades persistentes e duradouras que se retroalimentam e interagem, se auto-determinando e aos poucos, naturalizando a condição mesma de subalternidade e exclusão. A leve distinção utilizada aqui, seguindo o modelo teórico traz o sentido de matizar e expressar como atuam em grupos e segmentos sociais diferentes, de forma diferente e utilizando mecanismos distintos.

Therborn (2015) sugere quatro mecanismos de onde são produzida as desigualdades, em uma abordagem que aproveita diversos elementos já tratados em Tilly (1998), quais sejam: o distanciamento, pessoas correm à frente e outras deixadas para trás; a exclusão, por meio de um muro (na moda fisicamente, mas falamos de muros também simbólicos e subjetivos) segregando e tornando impossível ou imensamente difícil a superação em uma ou duas gerações para determinados agrupamentos de pessoas; a institucionalização da hierarquia, como já vimos em Quijano (2005) e Tilly (1998) reafirma que as sociedades e as organizações são constituídas por meio de degraus e gradações em que para algumas pessoas o acesso é livre e a outras é cerceado e “algumas pessoas permanecem empoleiradas em cima e outras embaixo” (THERBORN, 2015); e por último a exploração mecanismo igualmente cruel em que as riquezas dos ricos

derivam do trabalho e subjugação das populações empobrecidas, miseráveis e desfavorecidas.

Esses mecanismos vêm sendo debatidos em busca da origem das desigualdades no mundo moderno. Essa abordagem renovada pelo pensamento pós-colonial e decolonial tem relacionado os resultados de um longo processo que envolveu colonialismo, exploração e subordinação para a acumulação necessária para que os países do Norte promovessem suas revoluções tecnológicas, inovações técno-científicas e aprimoramentos sociais. Outra parte dos autores tem identificado como um efeito da exclusão e hierarquização social, impedindo que outras nações pudessem promover seus desenvolvimentos, e, em alguns casos, como no imperialismo britânico na Índia, ou o Espanhol entre os andinos, sustando processos tecnológicos, como os encontrados nas sociedades Incas, Maias e Astecas.

De todo modo convergem para a compreensão de que é o "sistema-mundo moderno" o responsável para uma hierarquização mundial segmentada em centro, semiperiferia e periferia, ou em povos modernos (civilizados), emergentes, e ultrapassados (bárbaros)[5].

O sul ocidental sofreu, assim, um empreendimento colonial-armamentista com pilhagem de metais, matérias primas exploração local e importada de populações inteiras. Ainda que alguns pensadores insistam em dizer que isso já ficou para trás, é impossível e demonstra desconhecimento desse impacto nas formações sociais latino-americanas, inclusive impactando fortemente em seus desenvolvimentos. Mesmo porque na passagem forçada para a "modernidade", onde as antigas colônias deixaram para trás as metrópoles políticas e passaram a depender e gravitar em torno do capital, o trabalho e a produção permaneceram como fonte de abastecimento desses países centrais.

Entretanto a dificuldade empírica de mensurar o peso dos mecanismos que levaram ao prolongamento e perpetuação das desigualdades, apesar das evidencias históricas, impõe uma *ganga* metodológica nos estudos que tentam determinar essa

[5] Parte dessa leitura é uma herança da historiografia medieval, que enxergou nos povos estrangeiros civilizações devastadoras, incivilizadas ou, numa palavra, bárbaras. As recentes renovações historiográficas já estão dando conta dessa revisão, levando em consideração o conteúdo hierarquizador dessa abordagem.

relação, sem perceber que atuam de forma complexa e interseccional (ao mesmo tempo) nas relações sociais. Há, como nos lembra Therborn (2015) um forte interesse moral e histórico envolvido no intento de embaralhar ainda mais o quadro analítico, tanto porque demandaria um reconhecimento da condição de subalternidade histórica, como levantaria no presente populações ao questionamento político mais ampliado.

Nenhum desses mecanismos age isoladamente, nos lembra Miguel (2013), e mesmo a exploração como um mecanismo evidente de operação das desigualdades, não é causa direta, por exemplo, da desigualdade vital, já que aparentemente, a saúde dos saudáveis não é condição para a doença dos não saudáveis. Isso porque não há uma linha monocausal para os fenômenos das desigualdades. Entretanto é possível perceber uma relação direta entre a exacerbação da exploração e lucros do capital, ao acesso a bens e serviços, bem como a exposição e penosidade do trabalho a empregos insalubres e precarizados, com a saúde e expectativa de vida das populações. É possível traçarmos um exemplo quando observamos os trabalhadores das pedreiras no Brasil, Peru ou Rússia. Ou ainda os trabalhadores argentinos, bolivianos das indústrias, em comparação com os trabalhadores das indústrias americanas ou francesas. Ainda que a penosidade seja uma marca, as condições do trabalho e o adoecimento diferem dos países centrais daqueles periféricos.

1.2. Desigualdades persistentes e questões para debate

A desigualdade, ou as desigualdades como tem sido tratada na literatura recente, é um dado empírico e observável nas relações sociais, sobretudo nos países em que o colonialismo determinou assimetrias nas formações dos Estados nacionais. Em situações concretas qual o impacto, simbólico e material para sociedades em que o estudo de uma vida inteira e dedicação para ensino a tantas gentes, não recompensa monetariamente seus artífices, como é no caso da carreira docente? Se colocarmos em comparação importa que professores sejam pior remunerados do que os jogadores de futebol famosos, como Neymar, Messi, ou o Jamez Rodriguez? Ou ainda a disparidade salarial e de patrocínios desse futebol de homens para o futebol de mulheres? Mas esse exemplo icônico, como exagero metodológico, para perceber que há uma crise de recompensa gerada pelas desigualdades. A crise de recompensa gera um descontentamento com as profissões matrizes do conhecimento científico e do magistério, mas também uma quimera nos

atores que vivem o presente e possivelmente poderiam ajudar a construir novos e diferentes perspectivas de futuro. Nesse sentido a desigualdade de renda é um elemento crucial para compreendermos como e porque as desigualdades violam os direitos humanos e impactam nos processos de desenvolvimento das sociedades.

Há uma disparidade locacional, assimetria a partir da região e do lugar de onde se vive, gerando uma expectativa de vida 4 a 5 vezes menor do que aquela das regiões ricas. Segundo os dados do último relatório da ONU esses dados podem se referir a países, mas também a bairros dentro de uma mesma região. Como argumentar que isso não é uma determinação do capital sobre a vida das pessoas? Porque as pessoas e populações de regiões ricas tem o direito a mais anos de vida do que aquelas que estão em condição de pobreza ou sob restrições alimentares, nutricionais ou com trabalhos penosos e mal remunerados? É justo pensarmos que maior parte das populações esteja fadada a seguir perseguindo necessidades, enquanto uma pequena parcela sacia desejos?

É seguindo esse percurso que Therborn (2015) discute o tema, a partir do exemplo do país mais rico do globo, os Estado Unidos. Segundo o autor é os Estados Unidos tanto mais rico quanto mais desigual dentre os países ricos, é detentor da terceira maior taxa de pobreza relativa de todos os trinta países da OCDE (seguido de México e Turquia), o que tem populações excluídas de diversas instâncias da vida social e cultural. E, essa mesma potência econômica, anota o maior indicador de pobreza absoluta entre os mais ricos: os 10% mais pobres da população do país têm renda bem menor do que a da média dos pobres da OCDE, e essa renda nos Estados Unidos é inferior àquela dos 10% mais pobres da Grécia (THERBORN, 2015; OCDE, 2014). Um novo paradigma que tem sido predominante na análise das questões sociais é o hibridismo. Essa literatura tem se concentrado na ideia de que a diferença e alteridade não são a mesma coisa de mestiçagem ou sincretismo cultural, largamente pesquisada durante o século XX. Também vem enfrentando o debate homogeneizador do imperialismo cultural e da globalização, como inevitabilidade da modernização das sociedades. A percepção desses elementos e novas ferramentas[6], colaborou para aprimorar os estudos de desigualdade, articulando esses elementos culturais às determinações estruturais das sociedades.

[6] A Antropologia contemporânea contribuiu fortemente para essa nova abordagem. Interessante pensar que os antropólogos clássicos também contribuíram no século XIX para o processo de hierarquização e

Assim, os fragmentos culturais híbridos resistem, estabelecem conexões ou nutrem relações de desigualdade, ao mesmo tempo que a sensibilidade social é revigorada nos pensamentos sociológicos e históricos, reposicionam a construção de novas identidades reificando desigualdades categóricas na forma de desigualdades persistentes e duradouras. Em uma palavra, as desigualdades persistentes dão fundamento a definição da América Latina enquanto uma estrutura social e cultural.

Os processos que levam a desigualdade em sua complexidade não cabem nesse capítulo. Entretanto é preciso reafirmar que incidiram diferentemente nas formações sociais, e que as sociedades latino-americanas, embora raramente tenha sido explicitamente estudado, são atingidas duplamente.

Em parte, estão dentro do mesmo processo global em que as desigualdades persistentes estudadas por Tilly (1998) demonstrou não apenas a extensão mas que alcança diversos espaços globais. De outro, sua condição colonial faz com que se expresse mais agressivamente, envolvendo outras esferas da vida social e política de suas populações.

Grande parte das abordagens atuais tem buscado moldar um modelo explicativo e analítico, a partir de redes de intelectuais, contrapondo as diversas formas e expressões das desigualdades múltiplas e resistentes da região. Em certa medida não se pode, ainda, prescindir das análises convencionais que avaliam as desigualdades associadas ao aprimoramento e alcance das políticas públicas. Os temas centrais dessas análises são a pobreza, governança e ainda a questão do acesso aos serviços. Entretanto esse tipo de análise não tem avançado para ampliar sua abordagem, incluindo questões complexas como as interseccionalidades e as novas formas de desdemocratização, que tem utilizado a via eleitoral para implantar autocracias ou para legitimar processo de exclusão de populações inteiras.

---

classificação das raças e povos. Essa dinâmica científica, em que pese ter fortalecido as narrativas classificatórias no passado, não podem ser vistas descoladas de seu tempo, das preocupações e dilemas do tempo e espaço de suas formulações. O que a renovação epistemológica traz é a possibilidade de que os saberes e ciência dos países fora do centro sejam reconhecidos no cânone científico.

Essas novas abordagens em torno das desigualdades, ainda em curso, devem colocar em interação temas específicos que dizem respeito às desigualdades existenciais em relação a outras dimensões e subjetividades que atuam ao mesmo tempo promovendo exclusão e extermínio populacional.

A crescente elevação das desigualdades, cuja curva pareceu arrefecer em casos como o Brasil e Uruguai da primeira década dos anos 2000, retorna a um patamar que acompanha a concentração de capital, a concentração de renda, a violência doméstica, o declínio do acesso de populações afrodescendentes e indígenas ao ensino superior, à morte de jovens e finalmente a concentração de terras e retorno da monocultura agroexportadora. Reafirmar os paradigmas norteadores não significa permanecer prisioneiros a eles. A novidade do pensamento pós-colonial e decolonial, ao mesmo tempo, remetem a pensar novamente as resistências, rebeliões, revoluções, mas também questões do cotidiano, e a própria história. Buscar incorporar aos paradigmas das ciências sociais o ferramental de outras disciplinas das ciências humanas nos parece garantir uma melhor análise para um tema tão complexo, expandindo a análise e crítica da questão das desigualdades.

As novas perguntas a essa questão permanecem abertas, incentivando novas pesquisas em ciências sociais. Ainda assim já é possível identificar nos centros de pesquisa e programas de pós-graduação um esforço teórico e metodológico em busca dessas respostas, principalmente a partir das análises pós-coloniais e decoloniais, formando um bom conjunto teórico em torno das questões culturais, econômicas e políticas sobre as desigualdades persistentes. Tentamos expor algumas dessas questões a seguir:

1. A história de longa duração. Se essas categorias são forjadas ao longo da história, como e quando as desigualdades adquirem persistência, sejam manejáveis, temporárias ou construções ideológicas, e porque baseadas em gênero, casta, classe, raça ou região? Como essas identidades ou campos sociais interagem para gerar novas desigualdades ou reafirmar antigas disparidades?

2. O hibridismo e distinção social. Em que medida o hibridismo, diversidade e diferença, em compasso com os novos estudos culturais muito comum entre os novos

estudos latino-americanos contribuem hierarquizam as desigualdades? E, compreendendo a complexidade das diferenças sociais, quais os efeitos das desigualdades nos processos sociais? Em que medida o hibridismo é uma estratégia teórica para enfrentar um problema empírico-social, com pretensa neutralidade, compreendendo ainda que a individualidade pode mascarar o desequilíbrio e assimetrias entre povos e culturas?

3. Transformações e inovações. Do mesmo modo que as lutas por libertação e independência deixaram persistir o escravismo colonial, no surgimento das repúblicas latino-americanas as desigualdades não acompanharam os espíritos de liberdade e igualdade emanados nas constituições de então. O republicanismo transformou inovando as formas de assimetrias sociais. Manteve apesar do tensionamento social e das lutas por direitos. Então, é importante entender de que forma as desigualdades sobrevivem ou se imiscuem em tempos de tensionamentos e ruptura política e social (regimes pós-coloniais, revoluções, nova ordem mundial)? Quais os mecanismos de circularidade cultural ou subordinação social que corroboram na sua permanência na vida social das populações latino-americanas?

4. Alguns atores sociais utilizam privilégios que detém socialmente para assegurar, justificar e proteger os elos das desigualdades social, política e cultural. Como isso se opera? Porque os sujeitos subordinados ao reconhecer esses privilégios passam a resistir e outros são convencidos ideologicamente da sua condição de exclusão e/ou subordinação, passando a naturalizar as narrativas da desigualdade?

5. Concordando com o projeto epistemológico de Boaventura Santos (2007), há uma distinção epistemológica hierarquizada entre o norte e o sul global. Porque mesmo no sul global, como nos diz Quijano (2005), há uma reificação da colonialidade que em última instância gera e reproduz a desigualdade em seus diversos níveis?

6. Um padrão cultural da desigualdade é a sua localidade. É a ideia de que povos e gentes de um determinado lugar social são inferiores e por isso devem ser marginalizados e excluídos do conjunto dos direitos e privilégios da vida social. Já que, mesmo na América Latina, novos localismos passam a configurar hierarquicamente e regionalmente exclusões seletivas (ANDERSON, 2002), qual o padrão cultural para que

esse mecanismo tenha aderência na sociedade? Porque esse padrão difuso e narrativo alcança diversos espaços sociais?

7. Igualdade seletiva, procedimental e desdemocratização. Ao contrário das democracias terem se desenvolvido para alcançar mais pessoas com mais direitos, ela seguiu produzindo um padrão procedimental eleitoral, como norma, mas ampliando progressivamente as desigualdades nos diversos níveis sociais. A democracia minimalista, o desinteresse eleitoral e a luta por sobrevivência parecem afastar o cidadão médio da vida política. Por outro lado as desigualdades operam para ampliar a massa desprezada pelo sistema político, causando um amplo processo de desdemocratização e igualdade seletiva. Porque então os movimentos sociais insistem em uma agenda individualista e procedimental para superação das desigualdades e da ampliação do cânone democrático?

8. Ao que parece há uma estratégia política nesse contexto para manutenção das desigualdades no âmbito da sociedade civil latino-americana, que não consegue encetar uma agenda política ampla que realize as transformações necessárias para a superação desse dilema. Imersas na desigualdade mesma que luta para superar, como inserir uma agenda por maior igualdade na agenda pública? Porque, apesar das recentes derrotas eleitorais e perda gradativa de direitos, os movimentos que lutam por igualdade têm uma agenda restrita e conflitam entre si resultando em novas reafirmações das desigualdades globais?

9. Por último, o entrave social material não deve ser esquecido na luta pela superação das desigualdades. Lutar por um mundo mais justo implica em ver as pessoas em sua diversa e complexa situação de classe, gênero, raça e região. Há uma narrativa histórica nas ciências sociais que hierarquiza sem tratar em seu conjunto, ou par categórico, o que ajudaria a compreender seu fenômeno.

Desse modo há um amplo projeto em curso que envolve a sociedade, os sistemas políticos e os acadêmicos em geral. Cada um tem um papel na construção de uma nova narrativa e ressignificação social, transformando gradativamente não apenas as marcas da desigualdade econômica, que relega populações inteiras á condição de pobreza e miséria,

como também as outras desigualdades que condicionam e são condicionadas por essa dimensão.

CAPÍTULO 2 DESENVOLVIMENTO RURAL E A COVID NA BAHIA

Os debates acadêmicos sobre desenvolvimento rural sustentável no Brasil se avolumaram nas últimas duas décadas, tornando-se um campo hegemônico nas análises para o mundo rural. Os estudos sobre territórios, relações entre o global e o local, participação social e as políticas públicas derivam desses estudos em busca de compreender as dinâmicas para o campo e os interesses dos grupos sociais em suas demandas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015; BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020).

Entretanto o colapso provocado pela pandemia do Coronavírus (Sars-Covid19) já apresenta números importantes de uma crise de grandes proporções em diversos sistemas como o de saúde, ambiental, social, cultural e de impactos ainda não medidos nas econômicas familiares e nacionais (PREISS et al., 2020a). Podemos dizer que os diversos projetos políticos de desenvolvimento se encontram sobestados à espera de um cenário mais abrandado possibilite suas retomadas. Segundo Mazzucato (2020), a crise de saúde que a pandemia provocou desencadeou uma série de outras crises com consequências ainda não conhecidas. Mas não somente, algumas populações têm sofrido de forma ainda mais contundente essa crise impactando na vida social e na forma de organização política das suas populações. Os projetos de desenvolvimento rural sustentável também passam por algum tipo de constrangimento para esse período e podem, caso o cenário não mude impactar na produção de alimentos. Em certa medida há consenso na literatura de que apesar de cedo, já se pode imaginar que essa crise será sentida ainda nos próximos 10 anos (SALAZAR, 2020).

As dinâmicas mundiais em um contexto de intensas e constante inter-relações ficaram evidenciada na forma veloz com que a Covid-19 alcançou as populações nos diversos continentes. Os seus efeitos e impactos, como reflexo desse contexto globalizado, também alcançaram velozmente o mundo desde os primeiros casos diagnosticados em Wuhan, província de Hubei, na China. A compreensão desse fenômeno para as populações rurais e as políticas públicas de contenção na Bahia é necessário ter como referência não apenas a integração dependente, periférica e complementar da economia brasileira e das economias subnacionais, mas também o alcance mundial da crise sanitária como experiência social não vivida nessa escala.

Segundo o Banco Mundial (2020) os impactos da pandemia da Covid-19 vão reduzir em 5,2% o crescimento econômico global em 2020, e o relatório complementar do PNUD-OPAS aponta que esse cenário ocorre de forma desigual em cada parte do mundo. Para as economias avançadas a projeção é de queda de 6,1% para os Estados Unidos da América, 9,1% para a Zona do Euro, e 6,1% para o Japão. Os países de economia periférica e dependente a projeção é de retração de 6% para a Rússia e crescimento de 1% para a China. Enquanto na América Latina o Banco Mundial projeta queda de 7,2%. Com relação ao comércio internacional, a Cepal (2020) estima queda de 17% no acumulado entre janeiro e maio de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, e projeta para o ano de 2020 queda de 23% nas exportações da América Latina e Caribe, no valor comercializado. Essa redução reflete a queda das exportações para os Estados Unidos em 22,2%, para a União Europeia, em 14,3%, e para a própria região, em 23,9% (OPAS/PNUD, 2021).

O cenário de recessão, portanto, parece inevitável e, a despeito das políticas encetadas por seus governos, as populações mais pobres estarão mais suscetíveis a dificuldades. Crise que será acompanhada na América Latina e Caribe pelo aumento no desemprego, que poderá atingir 13,5% com a redução na taxa de ocupação aumentaria o número de pessoas que procuram emprego de 26 milhões para 41 milhões de pessoas, acompanhada da deterioração na qualidade do emprego e da queda na renda.

O quadro como produto da crise sanitária é de crise mundial em que as populações pobres se ampliarão em maior ou menor grau a partir da ação dos governos. O Brasil e a América Latina já estavam em um processo de desaceleração das suas economias antes mesmo da pandemia, o que torna o quadro ainda mais grave.

Há certo consenso na literatura de que a retração geral da demanda por alimentos é inédita desde a segunda guerra mundial, e decorre da perda do poder de compra dos consumidores, do desemprego crescente no país e da suspensão e fechamento de mercados tradicionalmente acessados, com efeitos contundentes nas populações do campo (FAVARETO; CAVALCANTI FILHO, 2020). E a pandemia ainda não acabou.

As populações do campo com maior poder aquisitivo e possiblidade de acesso a mercados internacionais ou mesmo comercialização institucional sofreram menos com

esses efeitos. Ao contrário daquela população rural mais pobre ou com cadeias de abastecimento que exijam maior investimento econômico (FAO, 2020).

Esse setor mais empobrecido da população rural tem suas rendas reduzidas, o acesso alimentos e a serviços precarizados e políticas públicas restritivas, em um quadro contencioso, afetando não apenas suas economias como seu modo de vida e existência (SCHMIDHUBER; QIAO, 2020).

É bastante ilustrativo os estudos empíricos realizados por um conjunto de pesquisadores ligados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao IICA demonstrando que os efeitos da pandemia aparecem em três dimensões principais e conectadas: a) dificuldades de manutenção da dinâmica produtiva e comercial; b) impactos nos volumes de produção; c) efeitos nos preços recebidos e queda na renda dos agricultores familiares nos últimos meses (IICA, 2020; Salazar et al., 2020; BID, 2020).

Por um lado, as populações rurais, em maior ou menor distanciamento das políticas públicas, foram afetadas pela ausência ou fragilidade de protocolos de segurança e proteção sanitária. Esses protocolos permitiriam as famílias rurais o acesso a trabalho com maior segurança, como também maior tranquilidade para manter relações seguras com sua comunidade, o que reduziria dificuldades de logística, transporte, distribuição e comercialização dos alimentos. As políticas públicas parecem não ter alcançado essa dimensão (IICA, 2020). Do mesmo modo o acesso a insumos e financiamento esteve prejudicado ou foi suspenso (IICA, 2020, BID, 2020).

O aumento geral dos preços associado a um contexto de isolamento social encareceu o valor dos insumos, nos preços recebidos pelos agricultores familiares e nas rendas obtidas com suas atividades, impactando na produção do presente e no planejamento das safras futuras. O estudo do BID mostra que 67% dos agricultores familiares consultados afirmaram terem comercializado seus produtos por preços menores que o esperado e terem pago a mais por insumos no período da pandemia até então (BID, 2020).

O IICA aponta ainda que na América Latina e Caribe 70% dos agricultores familiares entrevistados em seu estudo tiveram suas receitas reduzidas a partir da suspensão das políticas públicas de comercialização ou apoio a produção, notadamente

aquelas relacionadas ao setor alimentar (IICA, 2020). É importante notar que é a agricultura familiar a responsável pela produção de 70% dos alimentos comercializados em mercados locais, regionais e estaduais (PNUD, 2019; IBGE, 2020). Outra pesquisa identificou que 70% dos agricultores familiares venderam ativos para fazer reservas de poupança ou precisou se endividar no marcado financeiro (BID, 2020).

Esse cenário não é diferente daquele apresentado pelo conjunto da população brasileira. Segundo o UNICEF (2020) 55% da população brasileira observou perda de renda na família nos últimos meses em virtude dos feitos da pandemia (UNICEF, 2020). Entretanto as contradições e distanciamento histórico das populações rurais de políticas públicas agravam o cenário para essas populações (DEL GROSSI, 2020).

A agenda de desenvolvimento rural sustentável esteve, portanto, paralisada pelo governo nacional durante o período da pandemia (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020; PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020). Mesmo em anos anteriores com a redução do Ministério do desenvolvimento agrário em 2016 e sua extinção em 2019 o cenário das políticas para o setor já eram críticas (PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020).

As políticas públicas para o rural aparecem em quatro dimensões: a) necessidade de padrões mais saudáveis e sustentáveis de produção e consumo alimentares; b) modelos produtivos ecologicamente sustentáveis; c) mitigação dos efeitos da mudança climática; e d) reconhecimento dos espaços rurais nas dinâmicas atuais de desenvolvimento (PERAFÁN; SCHNEIDER, 2020). A abordagem preliminar como tema das políticas no contexto da COVID-19 demonstra que as ações, narrativas e orçamentos estiveram desconectados de uma política de desenvolvimento rural, pendendo para ações mitigatórias em torno do contencioso do vírus.

Na Bahia o governo Estadual empreendeu uma ação voltada para uma agenda difusa com redução de projetos produtivos, orçamento e financiamento da produção, oscilando entre ações mitigatórias e baixos investimentos na produção (CRUZ, 2020).

Ações de apoio à produção, comercialização e consumo de alimentos que sejam foram mantidos em pequena escala, concentrando os esforços de políticas públicas em meta-narrativas de superação, vitória sobre o vírus e enfrentamento ao governo federal (conservador) (BAHIA, 2020).

Por outro lado, programas que contaram com financiamento internacional, com recursos de empréstimo, mas com créditos já transferidos para o tesouro do Estado, tais como o Bahia Produtiva e o Pró-Semiárido, mantiveram uma intensa agenda de capacitações e assistência técnica à distância, com pequenos aportes de novos recursos para o enfrentamento ao contencioso sanitário e aos efeitos da crise (BAHIA, 2020).

Dessa forma, apesar de haver um debate consolidado em torno do desenvolvimento rural sustentável, as dinâmicas diante de um quadro pandêmico têm sido ainda mais restritivas. Permanece em aberto as novas definições do projeto político que viabilize a vida das populações do campo, observando os efeitos multidimensionais da crise sanitária em populações rurais (saúde, educação, habitação, acesso a direitos e serviços) e mantendo o ritmo de investimentos e do financiamento público para a produção e comercialização da produção.

CAPÍTULO 3. POLÍTICAS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19 NA BAHIA

Com o agravamento da crise sanitária ao longo de 2020, alcançando as populações rurais e suas dinâmicas sociais o governo da Bahia estabeleceu uma estratégia que oscilava entre garantir a movimentação econômica e ao mesmo tempo estabilizar a disseminação do vírus com contenção de aglomeração de pessoas, uso de máscaras e restrições ao fluxo de pessoas nas estradas intermunicipais. Ainda que não existam pesquisas ou indicadores solidamente confiáveis sobre o impacto da crise sanitária e de saúde pública sobre as populações rurais, há uma compreensão geral de que as políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento rural perderam espaço nos orçamentos públicos e estrutura institucional desde 2016 com a finalização das atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e consequentemente suas políticas de assistência à agricultura familiar e demais populações do campo. A ascensão do governo Bolsonaro ratificou esse desmonte institucional, concluindo com a redução de programas que financiavam ou sustentavam ações para setor. Restou aos entes subnacionais assumir o papel estratégico de construção e execução de políticas públicas. O surgimento do COVID 19 delineou no Estado da Bahia as políticas para o campo com uma estratégia de enfrentamento aos resultados sociais provocados pelo espalhamento do vírus.

Para este trabalho partimos do conceito de política pública mais abrangente, buscando fazer dialogar as concepções pluralista e elitista Se por um lado a concepção elitista ignora o potencial mobilizatório e político no processo de formulação das políticas, a pluralista coloca a política pública como resultado dos processos mais amplos pela demanda por mais espaço no sistema político por parte da sociedade civil.

Entendemos que o conceito de políticas públicas é abrangente, porém não ilimitado; ele estende-se a toda a complexidade nas esferas do poder político (municipal, estadual e federal) e também de enfoque setorial (política econômica, social etc.), compreendendo ainda a agência dos poderes públicos, atores sociais situados e sociedade civil organizada.

Para tanto, é preciso compreender que o ciclo de uma política pública se estende da formulação à avaliação, passando pelo monitoramento, chegando à permeabilidade da

sociedade civil organizada em todo o seu ciclo.

Entendemos que “políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores da atividade do poder público, em consonância com as regras institucionais, normas e procedimentos inclusive para a realização da relação entre os poderes públicos e a sociedade civil, bem como a mediação entre os sujeitos sociais e o Estado (BANDEIRA, 1999). Trata-se de políticas já sistematizadas, explicitadas e formuladas por meio de documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam os processos de desenvolvimento.

Entendemos que a estratégia de elaboração e implantação é uma forma de governança própria, pois envolve tanto a delegação quanto a distribuição e redistribuição de poder político. Em jogo estão as condicionantes do custo decisório, repartição de riscos e custos políticos e dos benefícios sociais propriamente ditos. A relação de poder, como uma relação social, pressupõe, no processo de execução de políticas públicas, a mediação entre interesses e propostas distintas e, em alguns casos, antagônicas, sendo necessária para a legitimação e garantia de eficácia na execução da política. Como será executada, quem executa e acompanha, quando e quanto custa cada ciclo da política, são decisões necessárias que envolvem repartição de poder político e delegação, no caso das políticas participativas.

De um modo geral, as políticas públicas buscam resolver demandas sociais de grupos e setores à margem do sistema político ou econômico que passam a pautar a agenda política mediante pressão popular ou por interferir nesses sistemas, para garantir, efetivar ou viabilizar os direitos constantes nas cartas constitucionais ou mediante a legalização de lutas sociais que buscam o reconhecimento da cidadania. Também existem políticas para regular conflitos ou viabilizar processos econômicos de grupos específicos, ou políticas mais gerais que objetivam a criação de alternativas ao desenvolvimento nacional, estadual ou municipal. As políticas públicas têm o objetivo claro de resolução de problemas sociais, mas expressam, na sua formulação e execução, a visão de mundo daqueles que dirigem o aparelho estatal, seja para legitimar seu poder, seja para garantir a capacidade de governança.

Para uma compreensão teórico-metodológica das políticas públicas, será preciso

apresentar as tipologias de políticas públicas, identificadas por Teixeira (2002) para observar o processo de execução e implementação, mesmo considerando que elas se interpenetram ou mobilizam os mesmos grupos e recursos. Quais sejam:

3.1. Natureza ou grau de intervenção

As políticas públicas de caráter estrutural tendem a mobilizar recursos que se articulam com a resolução de situações-problema com alcance de médio e longo prazo. Atuam, desse modo, na resolução de questões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que dão resposta a projetos de desenvolvimento ou projetos políticos de longo prazo. As políticas de caráter conjunturais ou emergenciais correspondem àquelas de alcance imediato, resolvendo problemas sociais, políticos, ambientais ou econômicos de rápido impacto no público beneficiário ou na ação mitigatória.

3.2 Abrangência

a) **Universais**: para todos os cidadãos.

b) **Segmentais:** para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.).

c) **Fragmentadas**: destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

3.3 Impactos ou papel nas relações sociais

a) **Distributivas** – A característica central é a distribuição de benefícios individuais. Alimentam uma relação política do tipo *face to face*, que em nossa formação histórica caracterizam-se por a instrumentalização clientelistas ou patrimoniais;

b) **Redistributivas** – Tem a centralidade de suas ações voltadas para a redistribuição de recursos entre os grupos sociais, na perspectiva de condições equânimes ou na perspectiva de alcançar essas condições por meio de políticas da redistribuição, pois retiram recursos de um grupo para beneficiar outros em condições sociais, políticas ou econômicas desfavoráveis. Os resultados podem gerar conflitos.

c) **Regulatória** – Estão entre as políticas que buscam definir as regras e

procedimentos que regulem comportamento dos sujeitos sociais para atender interesses gerais da sociedade. Seus resultados não teriam de forma clara o beneficiamento a nenhum grupo específico, atendendo antes a interesses do Estado, da burocracia ou do capital.

As transformações da estrutura produtiva empreendidas pelo avanço do neoliberalismo na década de 1990 alteram o cenário das políticas públicas. Não somente porque no mesmo momento uma reforma administrativa é posta em movimento, reestruturando a ação do Estado e seu aparelho burocrático-institucional. Também se percebe, no período, um deslocamento da ação dos grupos organizados que poderiam realizar um enfrentamento direto a essa nova estruturação. O neoliberalismo estruturou a ação do Estado com vistas ao livre funcionamento do mercado, com atuação pontual do Estado, e a política pública pressupõe uma intervenção estatal pública, geral e em diversas áreas em que os indivíduos atuam. Como caráter das políticas públicas, deve existir algum nível de regulamentação para que o processo de implementação possibilite a universalização, e não a focalização das políticas (TEIXEIRA, 2002). A variação no enfoque das políticas públicas é a mesma a depender da estratégia de intervenção adotada. Parece-nos importante acentuar que política pública é uma intervenção do Estado, ou o Estado em ação, como forma política dos interesses do grupo dirigente do bloco de poder. Essa intervenção, como bem avalia Teixeira (2002), está sob o controle direto da burocracia estatal, com escassos espaços de participação da sociedade na elaboração e gestão das políticas. Além disso, em setores estratégicos essa burocracia estatal encastela-se ainda de forma mais acentuada, como na política econômica, tributária ou financeira, que determinam o conjunto das outras políticas executadas pelo Estado, porque são elas que definem fonte de recursos. É, portanto, importante perceber como a concepção das políticas públicas varia conforme a orientação política do bloco de poder dirigente do Estado.

No projeto político liberal, por exemplo, as desigualdades são o produto das decisões dos indivíduos, e a ideia de universalidade da política é contestada. A perspectiva de uma política pública social só tem sentido para realizar ajustes aos efeitos coletivos causados pelas decisões individuais. O Estado atua como mediador dessas desigualdades, não como promotor do desenvolvimento nacional, mas atuando pontualmente para dirimir as desigualdades sociais, com políticas setoriais, de habitação, fomento ao crédito

etc.

Na perspectiva política socialdemocrata clássica, os “benefícios” são a parte do Estado na construção da sociedade. É o Estado protetor dos mais fracos, como política compensatória à supremacia do capital. O bloco dirigente atua ao mesmo tempo como garantidor da reprodução do capital e legitimação da sua dinâmica, bem como regulador da vida social, com vistas a garantir a harmonia e o apaziguamento das classes em conflito. As políticas públicas nesse paradigma buscam, por meio do controle do aparelho burocrático, a constituição de fundos públicos, por exemplo, para uso focalizado em programas sociais, não mais em políticas universalizantes. Sem nunca ter sido completamente encontrado nos paradigmas de desenvolvimento latino-americanos, o Estado de bem-estar social é o que melhor traduz essa concepção. Seu aparato possibilitou a elevação de renda e o reconhecimento dos direitos sociais, mas, em contrapartida, o aumento do controle político burocrático na vida social, individualmente e coletivamente (TEIXEIRA, 2002; NOBRE, 2013). A perspectiva liberalizante inserida na política de bem-estar social transformou a todos em comunidade de consumidores de bens públicos. Assaz importante ressaltar que no caso concreto do Brasil, foi o mesmo projeto político social democrata que implantou o projeto político neoliberal, por essa razão abordamos apenas o projeto político neoliberal nas análises sobre a disputa do projeto político democrático.

A partir dos anos 1970, juntamente com as transformações globais no processo de acumulação e as metamorfoses na relação entre capital e trabalho, concorre para o agravamento da crise de reprodução dentro do aparelho estatal, tornando-o ineficiente para ao atendimento as demandas sociais. O neoliberalismo como modelo de gestão identifica o Estado de bem-estar social como o responsável pela estagnação econômica e ineficiência social, encaminhando um ajuste estrutural que combinava estabilização financeira com arrocho nas políticas sociais, propondo que estas sejam focalizadas, seletivas e temporárias. Como observamos anteriormente, o paradigma se complexifica, pois em cena entram interesses financeiros globais, representando uma forte influência nos países de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil (NOBRE, 2013). As decisões por políticas públicas passam a ser ditadas ou coordenadas por organismos multilaterais, contraditórios aos interesses nacionais, mas aceitos pelo bloco de poder dirigente nacional.

No atual contexto político, as políticas públicas passam a ser consideradas em outra perspectiva, trazendo à tona o caráter focalizado, muito embora como resolução de questão nacional, coletiva. O processo de formulação das políticas públicas é um importante elemento, visto que a sociedade civil organizada tem sido chamada a participar desse processo.

Essas políticas atuam com a finalidade de buscar alternativas dentro do próprio sistema para a superação do agravamento das questões sociais, transformando o sujeito detentor de direitos em beneficiário da assistência. Igualmente, recolocam o problema do emprego e da geração de renda, inserindo a população beneficiária em políticas de inclusão produtiva.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o processo de implementação das políticas públicas, em qualquer das esferas (municipal, estadual ou federal) é dinâmico e dialético (LAVALLE, 2006; MILANI, 2006): exige a compreensão da dinâmica do sistema político, as negociações, mobilizações, alianças e coalisões. Mas, particularmente, exige também o processo de formação da capacidade de agendamento de setores minoritários e do grau de envolvimento do bloco dirigente na resolução do problema (isto é, o quanto a questão específica afeta os interesses econômicos).

Desse modo, as complexas relações interferem na dinâmica da política pública: a composição de classe, o grau de institucionalização, a capacidade decisória, os espaços institucionais de decisão criados e a permeabilidade do poder executivo em atender as deliberações desses espaços (LUCHMANN, 2002; HABERMAS, 2003, 2007). Esse processo exige, para tanto, um aperfeiçoamento do aparelho burocrático estatal e a criação de espaços participativos decisórios.

Se para o aparelho estatal há uma complexa rede na formulação das políticas, a sociedade civil também comporta um amplo leque de interesses e concepções necessárias para a efetivação da participação - ainda que a busca seja um consenso mínimo, o processo até esse consenso, quando há, é difuso. A mobilização dos diversos atores sociais envolve a compreensão da natureza e dos conceitos concernentes às políticas: a necessidade de incorporação de uma literatura própria da política pública, como inclusão produtiva, transparência, eficiência e eficácia, participação, paridade, sustentabilidade

etc. A compreensão dessa literatura é necessária para que a sociedade civil se insira no processo de forma empoderada, e não apenas para legitimar o estabelecido.

A pandemia do COVID 19 obrigou aos poderes públicos revisitarem esse amplo conceito de políticas públicas para empreender as ações para a contenção da crise sanitária.

Contudo, diante do elevado grau de incerteza social provocado e alimentado pelo governo federal, com agenciamento pessoal do presidente Bolsonaro, foi preciso estabelecer um componente sistêmico de combate as *fake news* e um ampliado apelo comunicativo para que a informação oficial chegasse aos sistemas municipais de saúde e à população em geral (BAHIA, 2020), como um elemento a mais na ação de governo para enfrentar a crise sanitária e o alastramento do vírus.

Como medidas sanitárias, o Decreto estadual 19.528, de 16 de março de 2020 determinou o trabalho remoto para servidores, suspendeu aulas e deslocamento intermunicipal. Nesse mesmo decreto determinou ainda a Garantia de fornecimento de itens de segurança (álcool em gel 70% e máscaras); Realização de 250 testes RT-PCR, Sorologia e Teste Rápido dos servidores; Disponibilização de veículo especial para servidores usuários de transporte coletivo (Bahia 2020).

Para as populações do campo entretanto a estratégia de contenção da circulação do vírus se estabeleceu em torno de duas políticas: ampliar os sistemas de *e-commerce* e garantir a manutenção dos serviços de assistência técnica em parceria com as organizações da sociedade civil por meio do atendimento remoto.

Todo o sistema de vendas e comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária passou a operar por meio de redes de vendas virtual e entrega *delivery*. Mesmo a feira estadual da agricultura familiar, realizada anualmente, foi feita no formato virtual com transmissão dos eventos por meio de plataforma própria, assim como a comercialização fora realizada em endereço específico (www.escoar.com.br). Em dados de consolidados pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, aproximadamente 250 mil pessoas assistiram aos vídeos e/ou participaram dos

eventos e foi comercializado em produtos da agricultura familiar mais de 35 milhões de reais[7].

Do mesmo modo ao longo de 2020, o governo manteve o ritmo de licitações para o setor. Segundo dados do Sistema Online de Licitação – SOL, sistema utilizado para as aquisições de um dos programas governamentais, foram publicadas 1.615 licitações totalizando R$ 28,7 milhões em recursos. Desse total já foram finalizadas (pagas) 633 licitações, que representam R$ 13,03 milhões de reais (BAHIA PRODUTIVA, 2020).

Uma terceira estratégia utilizada pelo governo foi a mobilização de prefeituras para adesão ao Programa Parceria Bahia mais Forte, lançado nos primeiros meses de 2020, com definição metodológica realizada ao longo de 2020. O programa estabeleceu um pacote de serviços a serem executados em parceria com os poderes públicos municipais, notadamente em ações de produção de alimentos e garantia de infraestrutura de produção (SDR, 2020).

3.4 O projeto Bahia Produtiva

O Bahia Produtiva o principal projeto de atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR. É um projeto executado a partir de acordo de empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), firmado em 3 de junho de 2014. O Projeto tem como objetivo financiar subprojetos de inclusão produtiva e acesso a mercados, socioambientais, de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de interesse das comunidades rurais da Bahia. O público prioritário são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, comunidades de fundo e fecho de pasto, organizados em cooperativas e associações. De acordo com a concepção adotada pelo Projeto Bahia Produtiva, os Subprojetos contemplados no Componente I estão categorizados em dois tipos: Subprojetos Socioambientais e Subprojetos Orientados para o Mercado. Os Subprojetos Socioambientais representam o subcomponente de Inclusão Produtiva e Acesso à Mercados, tendo como objetivo "apoiar iniciativas de melhorar o manejo dos recursos naturais nas áreas de produção agrícola e pecuária, a recuperação de áreas

[7] Relatório de execução, 2020.

degradadas, incentivar outras formas de produção e beneficiamento em bases agroecológicas e apoiar as iniciativas de comércio justo e solidariedade econômica e de garantir a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários" (Manual de Operações, 2019).

Conforme apresenta o relatório de execução 2020, para cumprir o objetivo de enfrentamento ao Covid-19, principais ações foram realizadas:

• Plano Emergencial de Assistência Técnica

• Execução do Edital 15 – Edital Emergencial de Chamada Pública para Seleção de Subprojetos Socioambientais voltados para a Segurança Alimentar

• Fornecimento de Kits-feira para enfrentamento ao Covid-19 1. Edital 15 - Subprojetos Socioambientais voltados para a Segurança Alimentar

Com um cenário de redução de investimentos em políticas públicas voltadas à garantia do acesso a alimentação saudável, grande parte dos agricultores familiares de menor renda passou a enfrentar restrições no desenvolvimento de suas atividades agropecuárias, que garantiam a produção de alimentos e renda, ampliando os problemas relacionados à segurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto a SDR lançou o Edital Emergencial, que teve como objetivo conciliar o incentivo ou incremento da produção de alimentos saudáveis com outras políticas públicas já em curso. A justificativa do governo foi alcançar mais rápido dos resultados esperados, como a diminuição dos custos e o impacto efetivo imediato na vida e na economia dos agricultores familiares e comunidades tradicionais que serão beneficiadas. Foram selecionadas 320 organizações produtivas neste Edital, com investimentos direcionados a Quintais Produtivos, Circuitos Curtos de Comercialização - Feira Livre, Produção de raízes e tubérculos, Sistema PAIS, Horticultura etc.

Objeto	Subprojetos	Famílias	Valor (R$)
Edital 15 - Subprojetos Socioambientais			
Segurança Alimentar	320	7.402	R$ 18.884.578,32

Aquisição e distribuição de Kits-feira para enfrentamento ao Coivd-19 Além do lançamento de um Edital específico, foram realizados pelo Projeto investimentos em Kits-feira para combate ao Covid-19, com a aquisição e distribuição de gorros, aventais, máscaras, sacolas e álcool gel, no valor total desses kits foi de R$ 780.600,00.
Objeto Valor (R$) Aquisição de Gorro, avental e máscara (KIT FEIRA)
Lote I 485.000,00 Aquisição de 20.000 (vinte mil) sacolas em papel kraft (KIT FEIRA)
Lote II 31.600,00 Aquisição de Álcool gel (KIT FEIRA)
Lote III 264.000,00 Total R$ 780.600,00 3. Resumo dos investimentos do Projeto Bahia produtiva em ações de Combate ao Covid
Subprojetos Socioambientais voltados para a Segurança Alimentar 18.884.578,32 Aquisição de Kits feira 780.600,00 Total R$ 19.665.178,32 Importante salientar que o Projeto Bahia Produtiva, para além desses investimentos específicos listados acima, tem como alguns de seus objetivos melhorar o nível de renda das famílias beneficiárias e a segurança alimentar, principalmente as famílias vulneráveis e grupos prioritários, como mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto e assentados da reforma agrária.

Desta forma, em um momento de ampliação da extrema pobreza e da insegurança alimentar, o Projeto Bahia Produtiva se apresentou como a principal política mitigatória das consequências da pandemia do Covid- 19 nas famílias baianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia buscou abordar a execução da política pública para o rural baiano diante do alastramento Covid-19 ao longo do ano de 2020.

A complexidade e ramificações da estratégia não nos garante segurança antecipadamente em observar se os números refletiram em barrar o avanço da pobreza no campo. Parte dessas ramificações está justamente na dificuldade de compreensão e aproximação das dimensões do desenvolvimento, políticas públicas e pobreza rural.

Entretanto, a ausência de novos recursos para financiamento da produção repercutiram negativamente na agricultura familiar baiana, aliado ao quadro pandêmico, condicionou as políticas para o rural evidenciando a ausência de recursos (novos ou já previstos no orçamento) para ações estruturantes que significassem redução de impacto a médio e longo prazo.

Desse modo, até onde pudemos alcançar com nosso estudo, o Projeto Bahia Produtiva foi a ação central no Estado voltada para as populações do campo. Esse projeto, com orçamento com fonte internacional esteve ao longo do ano 2020 com recursos garantidos por força do contrato com o Banco Mundial, não sendo passível de contingenciamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, UESB Vitória da Conquista/BA, ano XVII, v.17 n.30, p.184-94, jul./dez. 2020

ARRIGHI, G**. O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

AVRITZER, L. **Os impasses da Democracia no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO – BID. Retos para la agricultura familiar en el contexto del Covid-19: evidência de productores en ALC. Washington: BID, 2020.

BASTOS, E. K. X. Boletim de Expectativas. Carta de Conjuntura número 48, Terceiro Trimestre de 2020. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200717_boletim_julho_2020.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BECKER, H.S. Manual de escritura para científicos sociales: Cómo empezar y terminar una tesis, un libro o un artículo. 1ª. Edição. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING. E. R. **Brasil em contra reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. SP: Cortez, 2003.

BERNAL-MEZA, R. América del sur en el sistema mundial hacia el siglo XXI. In: LIMA, M. (org). **O lugar da América Latina na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, A.M.B. **Psicologia e Desigualdade Social**. São Paulo. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 2016.

BOMFIM, M. **A América latina**: males de origem [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 291 p. ISBN: 978-85-99662-78-6. Disponível em: http://books.scielo.org. Acesso em 13 dez, 2020.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

C E PA L - Panorama Social de América Latina. Santiago de Chile: Naciones Unidas,

1998.

CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTAÑEDA, J. **Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latinoamericana.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTELLANO, E. **El Bienestar de Partidos en el Uruguay**. Montevideo: Universidad de la República. Tesis de licenciatura del Departamento de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, 1995.

CASTRO, F. de. Analistas do mercado passa a projetar queda de 6,10% no PIB de 2020. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,analistas-do-mercado-passam-a-projetar-queda-de-6-10-no-pib--de-2020,70003362287>. Acesso em: 7 ago. 2020.

CELLARD, A. A pesquisa documental. IN: POUPART, J.; DESLAURIES, J.;GROULX, L-H. et ali. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014: 295-316.

CEPAL. Enfrentar los efectos cada vez mayores del Covid-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones. Informe Especial Covid-19, n.5. 15 de julio de 2020a. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45782/1/S2000471_es.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CEPAL. Los efectos del Covid-19 en el comercio internacional y la logística. Informe Especial Covid-19, n.6. 6 de agosto de 2020b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45877/1/S2000497_es.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CEPAL-FAO. Cómo evitar que la crisis del Covid-19 se transforme en una crisis alimentaria: Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. Informe Covid-19 – Cepal/FAO, jun. 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/4/S2000393_es.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CEPAL-OIT. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (Covid-19). Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe, n.22, Santiago, 2020.

CEPAL-OPAS. Salud y economía: una convergência necesaria para enfrentar el COVID-19 y retomar la senda hacia el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe. Informe Covid-19 – Cepal-Opas, 30 de julio de 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45840/4/S2000462_es.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Ed. 34, 2004.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. División de Dessarollo Social. **Modelos de desarrollo, papel del estado y políticas sociales: nuevas tendencias en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1994.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CIDI - Santiago, Chile. Disponível em: http://www.oas.org. Acesso em: 18 de set, 2016.

CRUZ, D.U. da e GONZÁLEZ, M.V. E. (org.). Democracia na América Latina: democratização, tensões e aprendizados organizadores. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

CRUZ, D.U. da. (org.). O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades. Feira de Santana: Z arte Editora, 2016.

CRUZ, D.U. da. **Estado, desenvolvimento e política pública**: espaços participativos na gestão dos territórios de identidade na Bahia. Salvador: EGBA, 2015.

CRUZ, D.U. **Programa vida melhor rural na Bahia e a atuação dos públicos participativos na erradicação da miséria e extrema pobreza do campo (2011-2014)**. Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2019.

DA COSTA, F. Pandemia acelera processos de digitalização de produtores orgânicos. Jornal da UFRGS. Porto Alegre 6.8.2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ jornal/pandemia-acelera-processo-de-digitalizacao-de-produtores-organicos/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; e, PANFICHI, A. (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 2006.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DAVRIEUX, H. **El Papel de los Gastos Públicos en el Uruguay 1955-1984.** Montevideo: CINVE-EBO, 1987.

DEL GROSSI, M. Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar. Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação. CEGAFI/UnB. Informativo julho 2020. *desigualdades sociais*.Salvador: SEI, 2002. p. 7-27. (Série estudos e pesquisas, 63)

DRUCK, C.; FILGUEIRA, H. *De la Transición a la Consolidación Democrática: Imágenes y Cultura, Política en el Uruguay*. In: **Serie Informes**. Montevideo: CIESU, 2006.

FAO. Educación Agrícola Superior: la urgencia del cambio. Santiago/Chile: Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1993. (Série Desarrollo Rural).

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA, C. F.; SILVA, V. P.; LINS, I. L. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? IN: **Rev. Bras. Ciência Política. no.7 Brasília jan/abr 2012**

FAVARETO, A.; CAVALCANTE FILHO, P. G. Sete efeitos da pandemia sobre a agricultura e o Brasil rural e interiorano. Especial Pandemia. Disponível em: <http://novo-sestudos.uol.com.br/category/especial-pandemia/>. Acesso em: 1 jul. 2020.

FERREIRA, A.S.M. **Alguns elementos da trajetória das políticas sociais na América Latina**: aproximações com México e Brasil. Rio de Janeiro. O Social em questão, 2016. Disponível em: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/cpeum/CPEUM_orig_05feb1917_ima.pdf. Acesso em: 13 dez 2020.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil republicano, v. 4).

FILGUEIRA, F. *Un Estado social centenario*. El crecimiento hasta el límite del estado social batllista. In: FILGUEIRA, C. H. y F. FILGUEIRA, *El Largo A d i ó s al País Modelo. Políticas sociales y pobreza en el Uru g u a y*. Montevideo: A r ca. Papadópulos, 1991.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1959.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.**

GRISA, C.; ÁVILA, M.; CABRAL, R. Iniciativas dos governos estaduais na aquisição de produtos da agricultura familiar em atendimento às demandas públicas. Red Politicas Publicas y Desarrollo Rural em America Latina y el Caribe (Red PP-AL). 2020.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Escritos educ., Ibirité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso. acesso em 13 dez. 2020.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre história**. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

IBGE. PNAD COVID19. Agosto de 2020b. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INGELSTAM, Lars. **La Planificación del desarrollo a largo prazo: notas sobre su esencia y metodología**. *Revista de la CEPAL*, nº 31, Santiago, 1987.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia Covid-19 en América Latina y el Caribe. Programa de Desarrollo Territorial y Agricultura Familiar. Costa Rica, junio 2020.

IVO, A. B. L. **Metamorfoses da questão democrática**: governabilidade e pobreza. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

KLIKSBERG, B. **América Latina:** uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Brasília: UNESCO, 2002.

KUGELMAS, E. Revisitando o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 63, fev. 2007.

MATTEI, L. A política econômica brasileira diante da Covid-19. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, UESB Vitória da Conquista/BA, ano XVII, v.17, n.30, p.172-83, jul./dez. 2020.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIDAGLIA C.; ROBERT, P. **Uruguay: Un caso de estrategias mixtas de protección para sectores vulnerables**, 2005.

MIDAGLIA, C. Desigualdad, pobreza y situación de la infancia. In: **Alternativas de protección a la infancia carenciada**. La peculiar convivencia de lo publico y privado en el Uruguay, 2001.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NUNES, E. de O. **A gramática política no Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OEA - Carta Democrática Interamericana: Documentos e interpretaciones, 2001. Organización de los Estados Americanos. Disponível em: http://www.oas.org. Acesso em: 15 jan., 2020.

OIT. Panorama Laboral en tiempos de la Covid-19: Impactos en el mercado de trabajo y los ingresos en América Latina y el Caribe. Nota técnica. 1 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_749659/lang--es/index.htm>. Acesso em: 13 ago. 2020.

OLIVEIRA, I. F. de. **Semiárido baiano: dinâmica contraditória do desenvolvimento**. Tese Doutorado em Desenvolvimento Regional e urbano. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Salvador: UNIFACS, 2013.

OPINION BOX. Impacto nos hábitos de compra e consumo: os cuidados com a alimentação durante o isolamento e a intenção de voltar a frequentar eventos com aglomerações. 16.edição. Dados coletados de 8 a 10.7.20. São Paulo, 2020.

PAIM, C.; ALONSO, W. Pandemia, saúde global e escolhas pessoais. Alfenas: Cria Editora, 2020.

PAIXÃO, B. G. **Os fundamentos das desigualdades sociais**: propriedade privada entre Rousseau e Marx. Porto Alegre. Revistas Eletrônicas PUC/RS, 2015.

PEREIRA, C. G., ARANTES, R. A. LLa lucha contra la COVID-19 en Salvador: cooperación y conflicto en la relación intergubernamental. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1-9, 2020.

PNUD. A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. Tradução Mônica Hirts. São Paulo: LM&X, 2004.

POUPART, J.; DESLAURIES, J.; GROULX, L-H. et ali. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PREISS, P. Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19, May 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. 7. reimp.
SALAZAR, L. et al. Retos para la agricultura familiar en el contexto del Covid-19: Evidencia de Productores en ALC. Banco Interamericano de Desarrollo. 2020.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, R. S. et al. Compreendendo a natureza das políticas do estado capitalista. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 41, n. 5, p. 819-834, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SOTO, S. F. El concepto de pobreza en la teoria marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 73, ano XXIV, São Paulo, Cortez, 2003.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TÁVORA, F. L. Impactos do Novo Coronavírus (Covid-19) no Agronegócio Brasileiro. In: Texto para discussão n.274. Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado. Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Brasília, DF, 2020.

THERBORN, G. Los campos de extermínio de la desigualdade. Buenos aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TILLY, C. **Democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

UNICEF. Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid--criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

VALADARES, A. et al. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. IPEA. Nota Técnica n.69. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, abril 2020.

WAMPLER, B. e AVRITZER, L. "Participatory publics: civil society and new institutions in democratic Brazil". **Comparative Politics**, vol. 36, n°3, 2004.

WASSERMAN. C. **História Contemporânea da América Latina**: 1900-1930. PORTO Alegre: EDUFRGS, 1992.

WOOD, M. E. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. In: **Revista Temporalis**, n° 3, ano III, jan-jun 2003, p. 9-32.

ZIZEK, S. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Sites visitados

http://www.sdr.ba.gov.br/

http://www.car.ba.gov.br/

http://www.casacivil.ba.gov.br/